

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5A)



Participação Pública | Avaliação dos resultados

Agosto | 2023



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	1
1.1. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL	2
1.2. OBJETIVOS	4
2. ANTECEDENTES – 1ª E 2ª FASES	5
2.1. CALENDÁRIO E PROGRAMA DE TRABALHOS	6
2.2. QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA	6
3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE	8
3.1. METODOLOGIA	9
3.2. DIVULGAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO	10
3.3. SESSÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA REALIZADAS	15
3.3.1. SESSÕES REGIONAIS	15
3.3.2. SESSÃO COM OS SETORES	16
3.4. ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO	20
3.5. CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANÁLISE	22
4. BALANÇO GERAL	27
ANEXOS	29
ANEXO I - Ficha de inscrição na(a) sessão(ões) de participação pública	30
ANEXO II - Presenças na sessão pública do PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste	32
ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores	34
ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública	38
ANEXO V - Notas da sessão pública regional e da sessão setorial	41
ANEXO VI - Fichas de Contributos	53
ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.....	2
Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA	3
Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos	6
Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.	9
Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH.....	10
Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH	11
Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no <i>site</i> da APA e no Portal Participa	12
Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste	15
Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores	17
Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais	18
Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA.....	7
Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.....	9
Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões.....	13
Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional	13
Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada	14
Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional	15
Quadro 3.6 – Forma de participação nas sessões	20
Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada	21
Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa	22
Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública	28



1. ENQUADRAMENTO

1.1. Quadro legal e institucional

A participação ativa das partes interessadas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH é um dos pontos-chave para a DQA – Diretiva Quadro da Água (artigo 14.º) e para a Lei da Água (artigos 26.º, 84.º e 85.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual) enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários setores para serem atingidos os objetivos ambientais;
- Diminuição de eventuais conflitos sobre os usos da água, por desconhecimento ou falta de informação;
- Envolvimento dos utilizadores e *stakeholders* na implementação das medidas.

No entanto, a DQA/LA exigem mais do que a disponibilização de informação e a consulta pública. Exigem que seja encorajado o envolvimento ativo dos *stakeholders* em todos os aspetos de implementação destes diplomas. A participação ativa e consciente de todos os interessados deve contribuir de forma decisiva para a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos sendo que, para que sejam alcançados, o processo de participação pública deve basear-se em três pontos principais:

- Na informação, assegurando a transmissão e divulgação dos factos;
- Na consulta, através da auscultação dos interessados;
- No envolvimento ativo dos interessados, na decisão.

A participação e a informação em matéria de ambiente são ainda condições inerentes à promoção do direito ao ambiente e como tal reconhecidas pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus.

A Figura 1.1 sintetiza os principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.

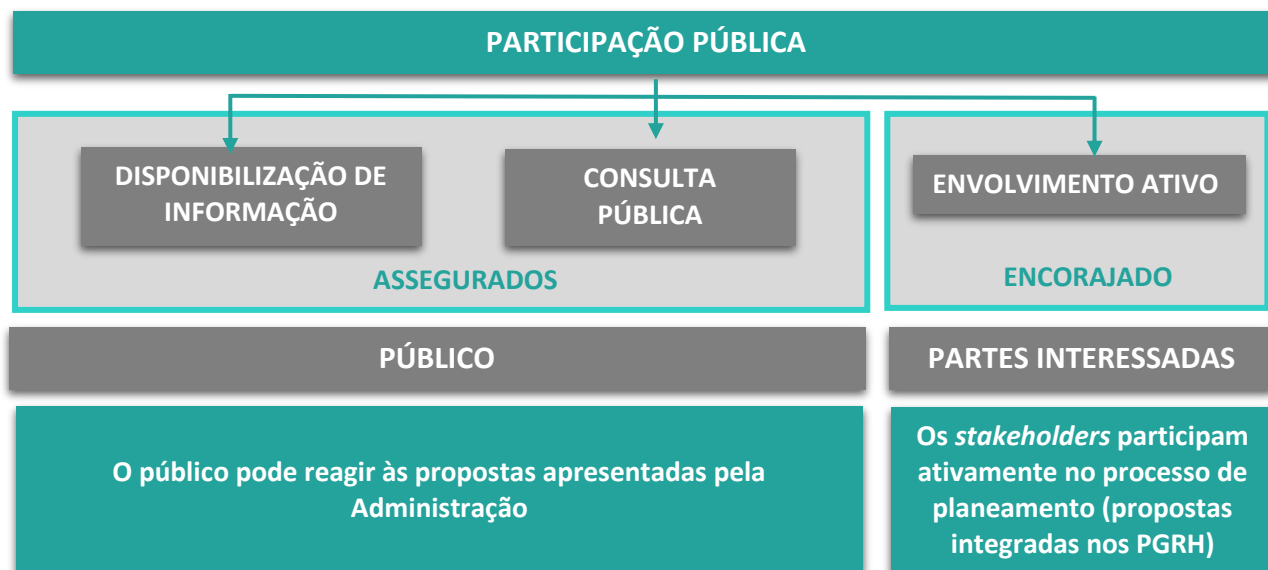


Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA

No que respeita ao enquadramento institucional, nos termos do artigo 84.º da Lei da Água, compete ao Estado, através da autoridade nacional da água (Agência Portuguesa do Ambiente, IP - APA), promover a participação ativa das pessoas singulares e coletivas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, bem como assegurar a divulgação da informação ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Por seu lado, o artigo 26.º da Lei da Água determina que, na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas seja garantida:

- A intervenção dos vários departamentos ministeriais que tutelam as atividades interessadas no uso dos recursos hídricos e dos organismos públicos a que esteja afeta a administração das áreas envolvidas;
- A participação dos interessados através do processo de discussão pública e da representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão das águas;
- A publicação prévia, nomeadamente no sítio eletrónico da autoridade nacional da água, de toda a informação relevante nos termos do artigo 85.º, na qual se enquadra o procedimento de participação pública.

Em cada ciclo de planeamento ocorrem três fases de participação pública em que os interessados são convidados a participar e a apresentar os seus comentários durante um período de seis meses (Figura 1.2):

- 1.ª Fase - O calendário e o programa de trabalhos para a elaboração de cada PGRH, incluindo as medidas de consulta a adotar, com a antecedência mínima de três anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- 2.ª Fase - A síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água (QSiGA) que tenham sido identificadas na região hidrográfica, com a antecedência mínima de dois anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- 3.ª Fase - O projeto do PGRH, com a antecedência mínima de um ano em relação ao início do período a que se refere o PGRH.

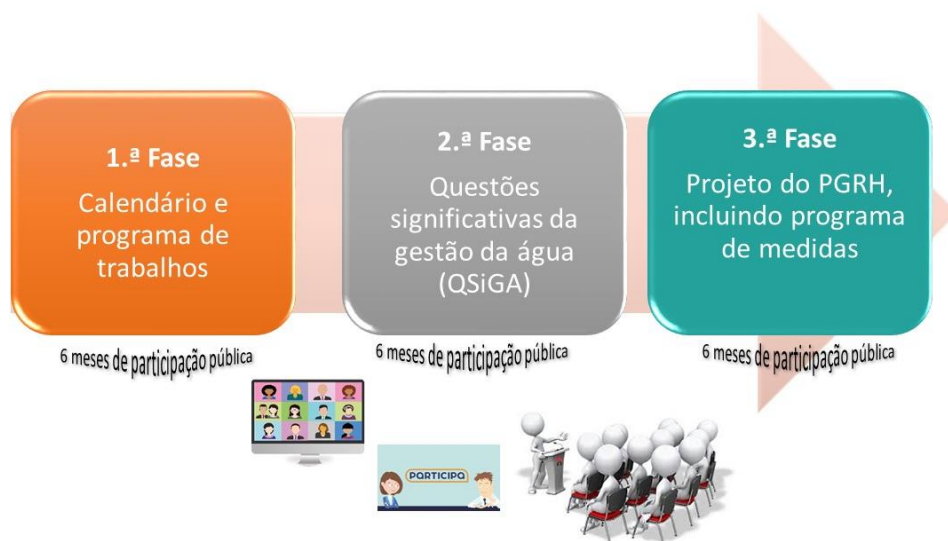


Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA

1.2. Objetivos

O presente documento tem como objetivos apresentar os resultados dos procedimentos de participação pública empreendidos no âmbito 3º ciclo de planeamento, consubstanciado pela revisão e atualização do PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste para o período 2022-2027, nos termos do preconizado pela Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.

Este relatório de avaliação descreve os procedimentos de participação pública desenvolvidos no âmbito do processo de revisão e atualização do PGRH do anterior ciclo de planeamento, incluindo resumidamente os seguintes aspetos:

- a) Metodologias utilizadas;
- b) Formas de divulgação e disponibilização da informação;
- c) A avaliação das sessões públicas e das sessões setoriais realizadas;
- d) Os contributos recebidos e respetiva análise;
- e) A avaliação global, incluindo os aspetos positivos e negativos como forma de melhorar os procedimentos futuros

A informação integrada neste documento dá maior destaque ao procedimento relativo à versão provisória do PGRH (3.ª Fase) uma vez que para as fases anteriores relativas ao Calendário e Programa de Trabalhos (1ª Fase) e à identificação QSiGA, foram elaborados os respetivos relatórios de avaliação de resultados, disponíveis no *site* da APA.

2. ANTECEDENTES – 1ª e 2ª FASES

2.1. Calendário e Programa de Trabalhos

O procedimento de participação pública do Calendário e Programa de Trabalhos definidos para a elaboração do PGRH relativo ao 3.º ciclo de planeamento, decorreu entre 22 de dezembro de 2018 e 22 de junho de 2019, tal como estabelecido no artigo 14.º da DQA e no artigo 85.º da LA. As etapas de elaboração do calendário e programa de trabalhos são apresentadas na Figura 2.1.

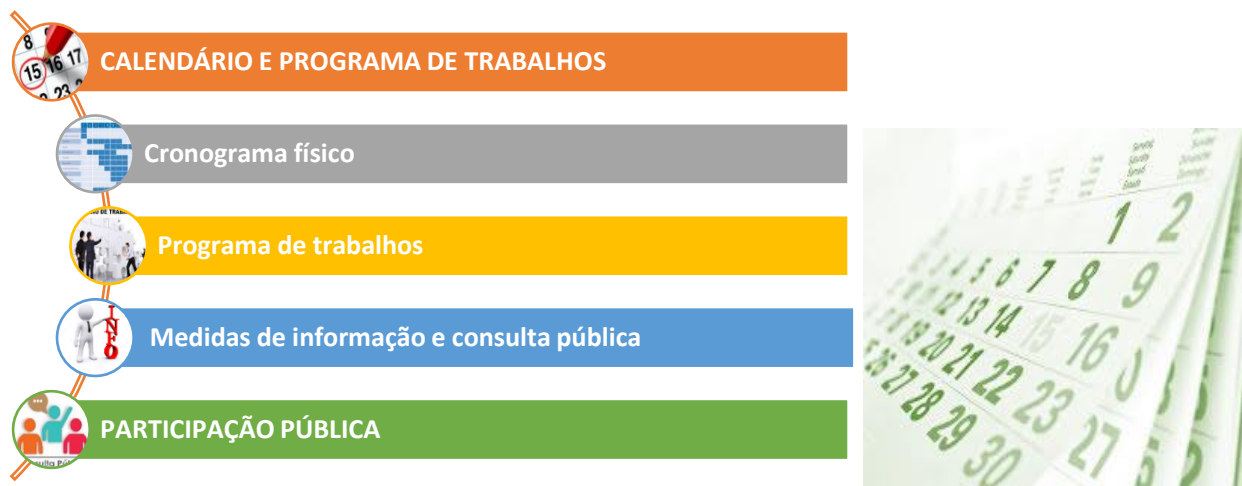


Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos

A informação relativa a este procedimento foi disponibilizada em formato digital no *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo sido rececionados no decurso do período de participação pública, quatro contributos de âmbito geral.

Na generalidade, os contributos recebidos versaram sobre situações concretas a acautelar nas fases posteriores do processo de planeamento, designadamente nas versões provisória e final do PGRH, não tendo existido na prática contributos específicos para o calendário e programa de trabalhos.

A baixa participação verificada nesta 1.ª Fase de consulta pública justifica-se sobretudo pelo facto de as temáticas tratadas nesta fase serem basicamente de índole organizativa, relativas à preparação dos trabalhos a realizar nas fases subsequentes do 3.º ciclo de planeamento.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no [site](#) da APA.

2.2. Questões Significativas da Gestão da Água

O procedimento de participação pública das QSiGA, promovido pela APA nos termos preconizado pela DQA (artigo 14.º) e pela Lei da Água (artigo 85.º), decorreu entre 22 de dezembro de 2019 e 15 de setembro de 2020, tendo o período inicialmente previsto de 6 meses sido alargado face ao Estado de Emergência que esteve em vigor entre 18 de março e 2 de maio de 2020, devido à pandemia provocada pela COVID-19.

A divulgação do processo de participação pública das QSiGA foi efetuada através do *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo ainda disponibilizado um inquérito online que integrou as questões sobre a documentação técnica apresentada.

Para esta RH foram realizadas as sessões *on-line* indicadas no Quadro 2.1

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA

Tipo de sessão	Data
Regional	08.julho.2020
Portugal-Espanha	09.setembro. 2020
Setorial nacional	15.setembro.2020

A sessão setorial nacional integrou uma sessão plenária geral, seguida de quatro sessões paralelas com os setores “agrícola e pecuária”, “urbano e turismo”, “indústria, energia, aquicultura e pescas” e “biodiversidade e investigação”.

Especificamente para esta RH, foram recebidos durante o período de participação pública 14 contributos escritos específicos para a RH, 43% dos quais enviados a pela administração local associações profissionais. A seleção das QSiGA mereceu o acordo generalizado dos participantes nos vários fóruns, sendo consensual que as questões selecionadas permitem retratar de forma abrangente os problemas que, ao nível da RH, mais contribuem para não se atingirem os objetivos ambientais das massas de água. Os vários contributos recebidos identificaram as questões da qualidade, quantidade e biodiversidade como sendo as que mais contribuem para não se atingirem os objetivos ambientais. Sobre estas áreas temáticas há a salientar a poluição de origem urbana, agrícola e industrial, as questões da disponibilidade de água num cenário de alterações climáticas, em particular para o setor agrícola, a Participação Pública QSiGA | Avaliação dos resultados 56 deficiente implementação dos regimes de caudais ecológicos, as questões relacionadas com o continuum fluvial e com as espécies exóticas. Os problemas de qualidade e quantidade no rio Tejo, em particular as questões relacionadas com o cumprimento da Convenção de Albufeira, os caudais ecológicos e a qualidade da água do rio Tejo na fronteira mereceram também grande atenção por parte dos participantes.

A avaliação global (todas as RH) do procedimento de participação pública das QSiGA do 3.º ciclo dos PGRH foi muito positiva tendo-se verificado, relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo, um aumento de cerca de 60% no que se refere ao número de participações. Foram recebidos contributos de 67 entidades/particulares, nove dos quais direcionados para todas as regiões.

Apesar de todas as restrições impostas pela pandemia provocada pela COVID-19 e das adaptações que foram forçosamente implementadas, a participação foi bastante ativa quer de forma direta durante as sessões públicas *online*, quer através do envio de contributos essenciais para a melhoria do processo de planeamento, demonstrando o interesse e a consciencialização crescentes dos setores, do poder local e da sociedade civil, sobre as temáticas da água.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no [site](#) da APA.

3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE

3.1. Metodologia

O procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH foi estruturado de acordo com o esquema apresentado na Figura 3.1.

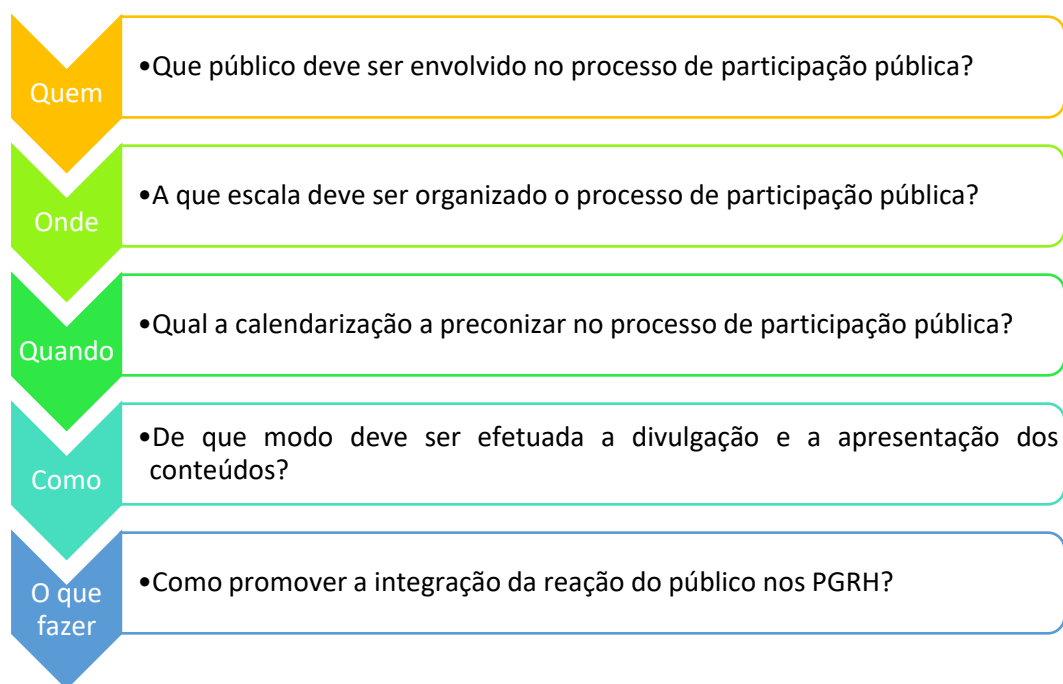


Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.

Para cada um destes aspetos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o preconizado na DQA/LA com o que foi efetuado;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados;
- Com base nos contributos e sugestões efetuadas pelos interessados.

Assim, e de modo a sistematizar a informação para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura indicada no Quadro 3.1 e que se apresenta nos itens seguintes.

Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.

O QUE FOI FEITO: Neste ponto foram descritas as tarefas empreendidas para o desenvolvimento do processo de participação pública da versão provisória do PGRH.
INDICADORES: Foram desenvolvidos indicadores (p.e. n.º de inscritos nas sessões públicas) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito dos mecanismos de participação implementados. De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a forma de gráficos e figuras.

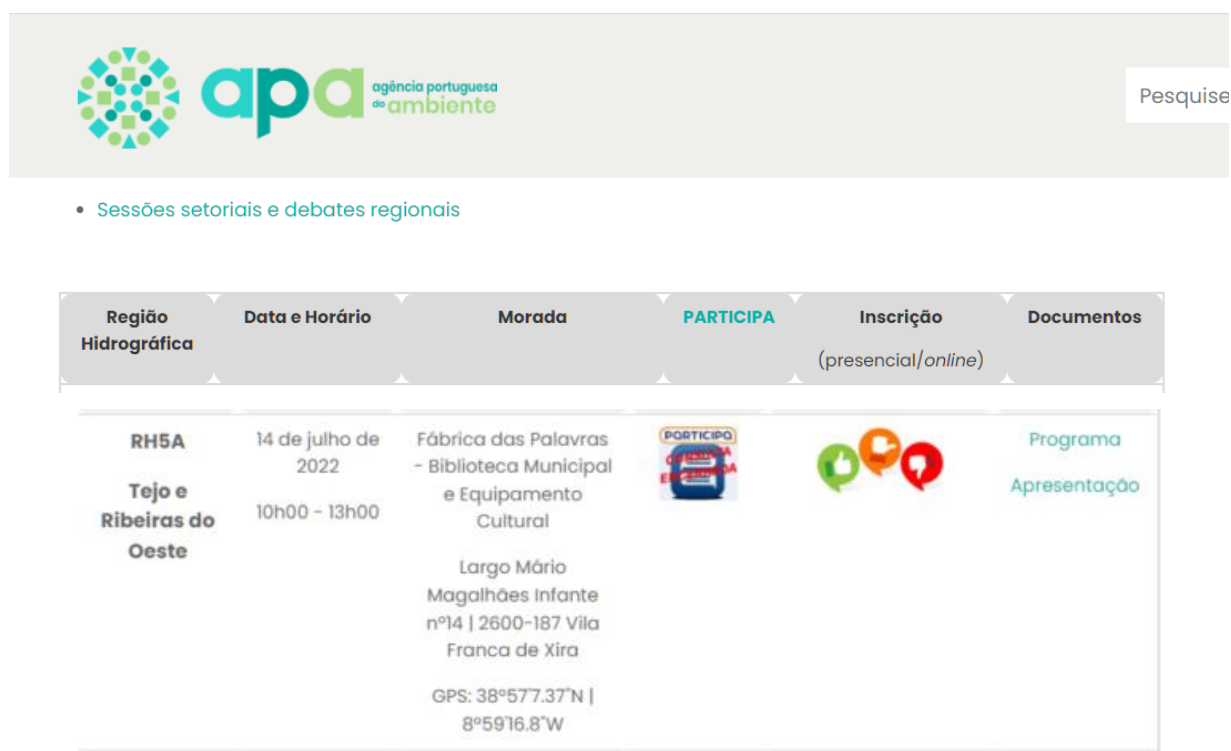
RESULTADOS: Foram analisados todos os contributos remetidos pelas seguintes vias: • Email; • PARTICIPA; • Sessões de participação pública.	AValiação: Com base na análise de todos os contributos recebidos, foi realizada uma avaliação quanto à sua incorporação na versão final do PGRH.
--	--

3.2. Divulgação e disponibilização de informação

O QUE FOI FEITO:

A. DIVULGAÇÃO

A divulgação do processo de participação pública da versão provisória do PGRH foi efetuada através do [site](http://www.apambiente.pt) da APA (www.apambiente.pt) e no Portal PARTICIPA (<http://participa.pt>) conforme ilustrado na Figura 3.2 e na Figura 3.3.



The screenshot shows the APA website interface. At the top, there is a search bar with the text "Pesquise". Below it, a list of activities is shown, including "Sessões setoriais e debates regionais". A table provides details for a specific session:

Região Hidrográfica	Data e Horário	Morada	PARTICIPA	Inscrição (presencial/online)	Documentos
RH5A Tejo e Ribeiras do Oeste	14 de julho de 2022 10h00 - 13h00	Fábrica das Palavras - Biblioteca Municipal e Equipamento Cultural Largo Mário Magalhães Infante nº14 2600-187 Vila Franca de Xira GPS: 38°57'37"N 8°59'16.8"W			Programa Apresentação

Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH



Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH

Foi ainda efetuada divulgação via e-mail e em casos particulares, nomeadamente no que se refere à divulgação da sessão setorial, foi enviado um convite, também via e-mail, para as entidades selecionadas.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação de suporte, constituída pelos seguintes documentos (Figura 3.4) foi disponibilizada no site da APA e no Portal PARTICIPA:

- Parte 1 - Enquadramento e Aspetos gerais
- Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico
- Parte 3 - Análise Económica das Utilizações da Água
- Parte 4 - Cenários Prospetivos
- Parte 5 - Objetivos
- Parte 6 - Programas de Medidas
- Parte 7 - Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação
- Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial
- Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:
 - Critérios para a Monitorização das Massas de Água
 - Critérios para a Classificação das Massas de Água
 - Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
 - Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos
 - Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)
- Resumo não Técnico



Pe

A documentação disponível encontra-se sistematizada na tabela seguinte e para consulta da informação geográfica pode aceder ao [geovisualizador](#).

Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:

- I. Critérios para a Monitorização das Massas de Água
- II. Critérios para a Classificação das Massas de Água
- III. Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
- IV. Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos
- V. Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)

Região Hidrográfica	Enquadramento	Caracterização e Diagnóstico	Análise Económica	Cenários Prospetivos	Objetivos	Programa de Medidas	Sistema de Promoção, Acompanhamento e Avaliação
	Parte 1	Parte 2 – Volume A	Parte 3	Parte 4	Parte 5	Parte 6	Parte 7
RH5A	Anexo I	Anexo I		Anexo I	Anexo I	Anexo I	
Tejo e	Anexo II	Anexo II					
Ribeiras do	Anexo III	Anexo III					
Oeste							
Resumo Não Técnico		Parte 2 – Volume B					
PARTICIPA		Anexo I					
Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial Volume I e Volume II							

Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no site da APA e no Portal Participa

Para o envio de contributos foi privilegiado o PARTICIPA e o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt.

INDICADORES:

A. DIVULGAÇÃO

Para avaliar o desempenho na divulgação do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH consideram-se os seguintes indicadores:

1. Número de entidades contactadas;
2. Número de inscritos nos eventos realizados;
3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes;
4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados.

1. Número de entidades contactadas

Foram convidadas a participar na sessão setorial de âmbito nacional, cerca de 170 instituições, cuja caracterização se efetua no ponto 3.3.2.

2. Número de inscritos nos eventos promovidos

Inscreveram-se na sessão regional 83 interessados, cuja caracterização se efetua no ponto 3.4.

3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes

Através da aplicação do inquérito de satisfação efetuado após cada sessão de participação pública, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.2. relativamente à Questão: “Existiu uma adequada divulgação da sessão?”.

Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	3.37
Setorial	3,74
Média global	3.5

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concorde e 5 – Discordo.

No âmbito da informação facultada através da ficha de inscrição da sessão dinamizada no dia 14 de julho de 2022, foi possível obter os resultados apresentados no Quadro 3.3, através da resposta à Questão: “Como tomou conhecimento deste evento?”.

Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional

E-mail Institucional (%)	Participação em outro evento (%)	Recomendação colega/amigo (%)	Site Institucional (%)	Comunicação social ou redes sociais /outro(%)
55	0	27	16	2

4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados

Foram recebidos pela APA contributos de 33 entidades/cidadãos, cuja avaliação é detalhadamente apresentada no ponto 3.6. e respetivos anexos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

Para avaliar a informação técnica disponibilizada no procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH, considerou-se o seguinte indicador, que consta da ficha de avaliação das sessões disponibilizada para o efeito.

1. Informação disponibilizada adequada

Nas fichas de avaliação disponibilizadas a todos os participantes, a Questão n.º 3 - “A informação disponibilizada foi adequada” obteve os resultados apresentados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	3,4
Setorial	3,62
Média global	3,43

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concorde e 5 – Discordo.

RESULTADOS:

A. DIVULGAÇÃO

Inscreveram-se na sessão regional promovida, 83 interessados e foram convidadas para a sessão setorial cerca 170 instituições.

Foram recebidos contributos de 33 entidades/cidadãos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

A Questão n.º 3 - “A informação disponibilizada foi adequada” integrada nas fichas de avaliação das sessões, teve um resultado médio de 3,43

AVALIAÇÃO:

Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que:

- O processo de divulgação das sessões foi globalmente muito positivo, atendendo ao número de participantes envolvidos nas sessões e aos contributos recebidos.
- Segundo a avaliação efetuada pelos inquiridos, pode considerar-se que, em termos gerais, a informação disponibilizada foi adequada.

3.3. Sessões de esclarecimento e consulta realizadas

3.3.1. Sessões regionais

O QUE FOI FEITO:

A APA, através do seu departamento de Administração de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARH do Tejo e Oeste), em estreita articulação com o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), promoveu no dia 14 de Julho de 2022, em formato híbrido (presencial e *online*), a sessão de participação pública do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste.

As inscrições foram efetuadas através da disponibilização de um formulário *online* no *site* da APA, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I.

As apresentações efetuadas durante a sessão estão disponíveis no *site* da APA, sendo que o programa está ilustrado na Figura 3.5. e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentado no Anexo V.



Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste

No final da sessão foi disponibilização um formulário *online* no *site* da APA, para avaliação da satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

INDICADORES:

Para avaliar as sessões regionais realizadas consideram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de satisfação realizado aos participantes:

1. A sessão foi esclarecedora
2. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate
3. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia
4. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características

O Quadro 3.5. apresenta os resultados obtidos para a sessão.

Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional

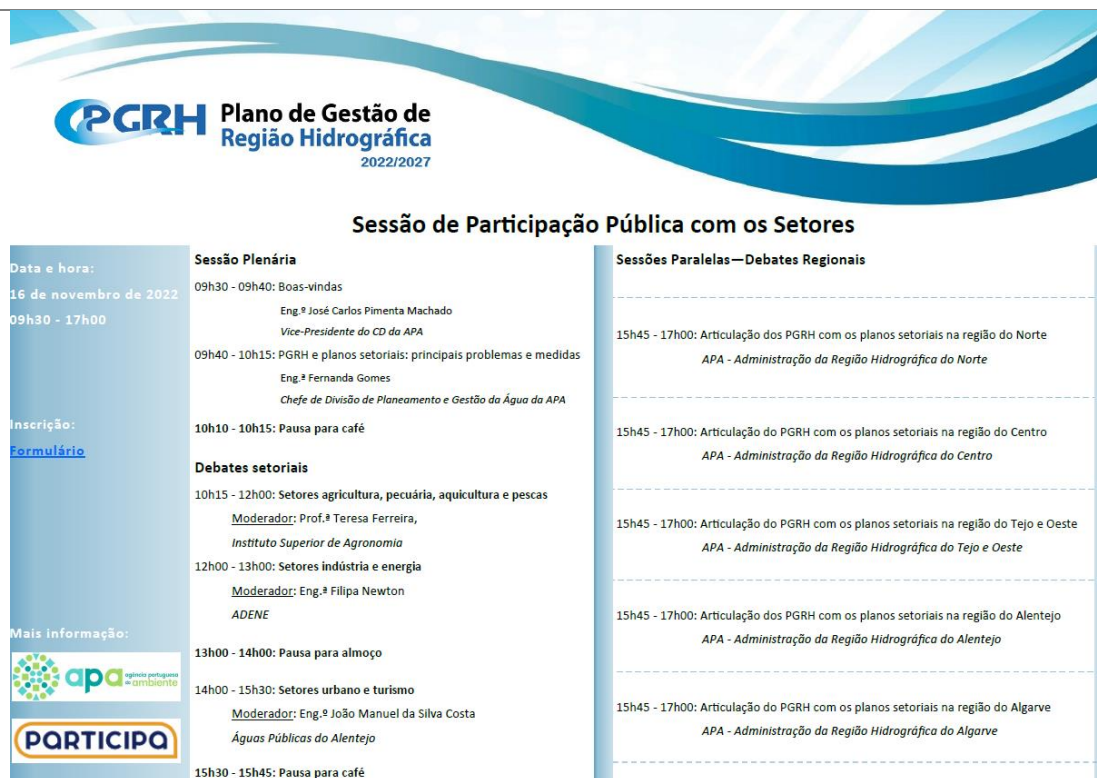
A sessão foi esclarecedora	A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate	A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia	Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características
3,47	3,80	4,80	4,73

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

RESULTADOS: O inquérito efetuado aos participantes quanto à avaliação geral da sessão obteve resultados muito positivos. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 – Discordo e 5 – Concordo, todas as questões às sessões regionais obtiveram valores médios superiores a cerca de 3,5. No que se refere à questão <i>“a sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas”</i>, esta obteve uma pontuação de 3,47, tendo 90% dos inquiridos considerado que a sessão foi esclarecedora, 48% atribuiu um valor 4 ou superior. Relativamente à questão <i>“a moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate”</i>, 100% dos inquiridos concordaram com esta afirmação, tendo esta obtido uma pontuação de 3,80; 67% dos inquiridos atribuíram um valor 4 ou superior. As questões <i>“a possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia”</i> e <i>“estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características”</i> obtiveram valores superiores a 4 em 100% das respostas, tendo a primeira questão obtido uma pontuação de 4,8 e a segunda uma pontuação de 4,73.	AValiação: O balanço global da sessão regional é muito positivo. Os participantes consideraram que as sessões foram adequadas e úteis e estão interessados em participar em outras fases de consulta pública dos PGRH. A modalidade de sessões em formato híbrido, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma boa alternativa que permitiu sessões bastante participadas.
--	---

3.3.2. Sessão com os setores

O QUE FOI FEITO: A intervenção ativa das partes interessadas no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com especial relevo para os principais setores utilizadores dos recursos hídricos, é fundamental para o sucesso de todo o processo de planeamento. Neste sentido, a APA realizou no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial <i>online</i> constituída por uma sessão plenária geral, seguida de três debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo) e finalizando com debates regionais paralelos por ARH. Para esta sessão foram remetidos convites (Figura 3.6) por <i>e-mail</i> para cerca de 170 entidades, tendo as inscrições sido efetuadas através da disponibilização de um formulário <i>online</i>, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I. Inscreveram-se 129 entidades (Anexo III).
--



PGRH Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2022/2027

Sessão de Participação Pública com os Setores

Data e hora:
16 de novembro de 2022
09h30 - 17h00

Inscrição:
[Formulário](#)

Mais informação:



Sessão Plenária

09h30 - 09h40: Boas-vindas
Eng.º José Carlos Pimenta Machado
Vice-Presidente do CD da APA

09h40 - 10h15: PGRH e planos setoriais: principais problemas e medidas
Eng.ª Fernanda Gomes
Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão da Água da APA

10h10 - 10h15: Pausa para café

Debates setoriais

10h15 - 12h00: Setores agricultura, pecuária, aquicultura e pescas
Moderador: Prof.ª Teresa Ferreira,
Instituto Superior de Agronomia

12h00 - 13h00: Setores indústria e energia
Moderador: Eng.ª Filipa Newton
ADENE

13h00 - 14h00: Pausa para almoço

14h00 - 15h30: Setores urbano e turismo
Moderador: Eng.º João Manuel da Silva Costa
Águas Públicas do Alentejo

15h30 - 15h45: Pausa para café

Sessões Paralelas—Debates Regionais

15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Norte
APA - Administração da Região Hidrográfica do Norte

15h45 - 17h00: Articulação do PGRH com os planos setoriais na região do Centro
APA - Administração da Região Hidrográfica do Centro

15h45 - 17h00: Articulação do PGRH com os planos setoriais na região do Tejo e Oeste
APA - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste

15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Alentejo
APA - Administração da Região Hidrográfica do Alentejo

15h45 - 17h00: Articulação do PGRH com os planos setoriais na região do Algarve
APA - Administração da Região Hidrográfica do Algarve

Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores

No final da sessão foi disponibilizado um formulário *online* sobre satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

As apresentações efetuadas durante esta sessão setorial, estão disponíveis no [site](#) da APA.

A lista de entidades inscritas é apresentada no Anexo III e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentados no Anexo V.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão com os setores, consideraram-se os indicadores que integram o formulário de avaliação da sessão, diferenciados para cada momento:

- Primeira parte da sessão referente à sessão plenária e aos debates setoriais;
- Segunda parte constituída pelas sessões paralelas a nível regional.

A - Sessão plenária e debates setoriais

- As sessões foram esclarecedoras;
- A moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate;
- A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia;
- Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características;

A Figura 3.7 apresenta os resultados obtidos para a sessão plenária e debates setoriais.

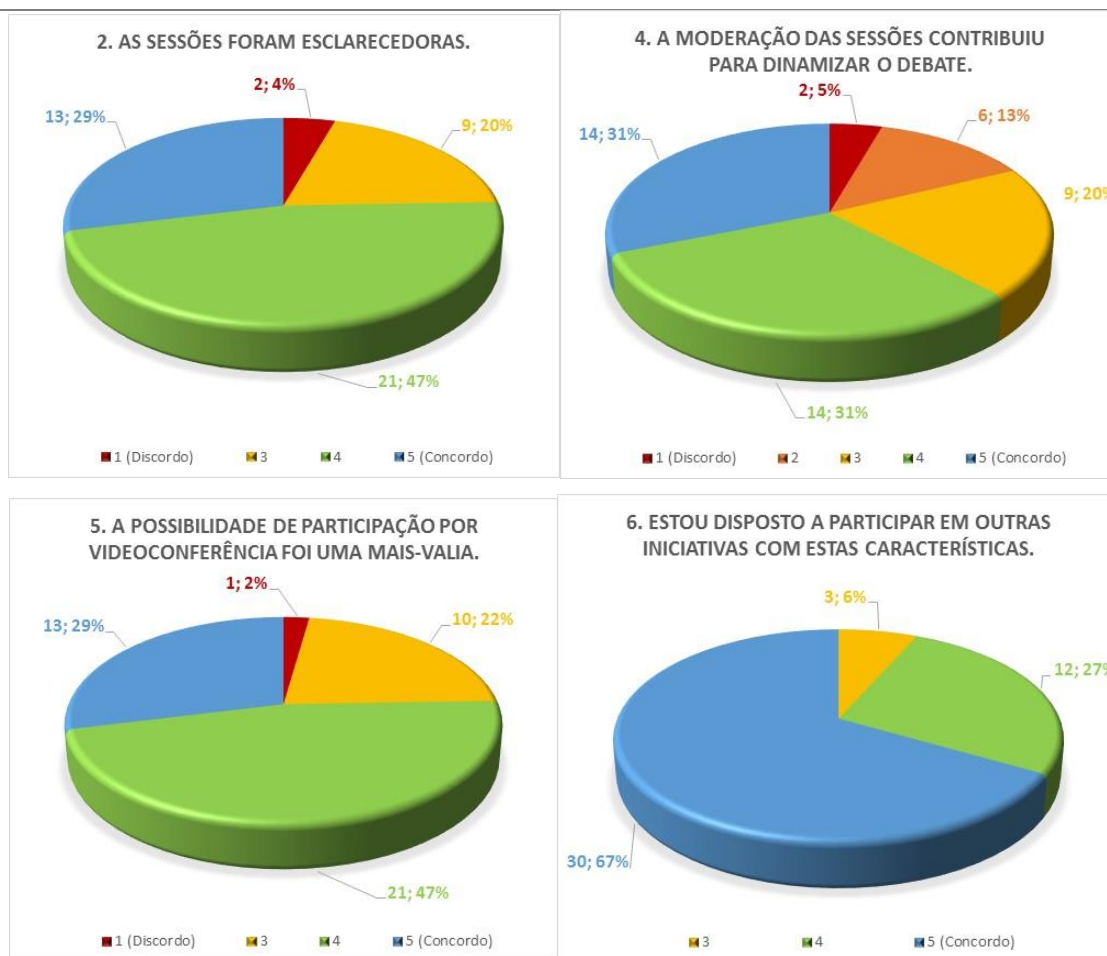


Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais

B – Debates regionais

- A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas;
- A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no *site* da APA, refletem o objetivo a que se destinam;
- A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional;

A Figura 3.8 apresenta os resultados obtidos para os debates regionais (todas as RH).

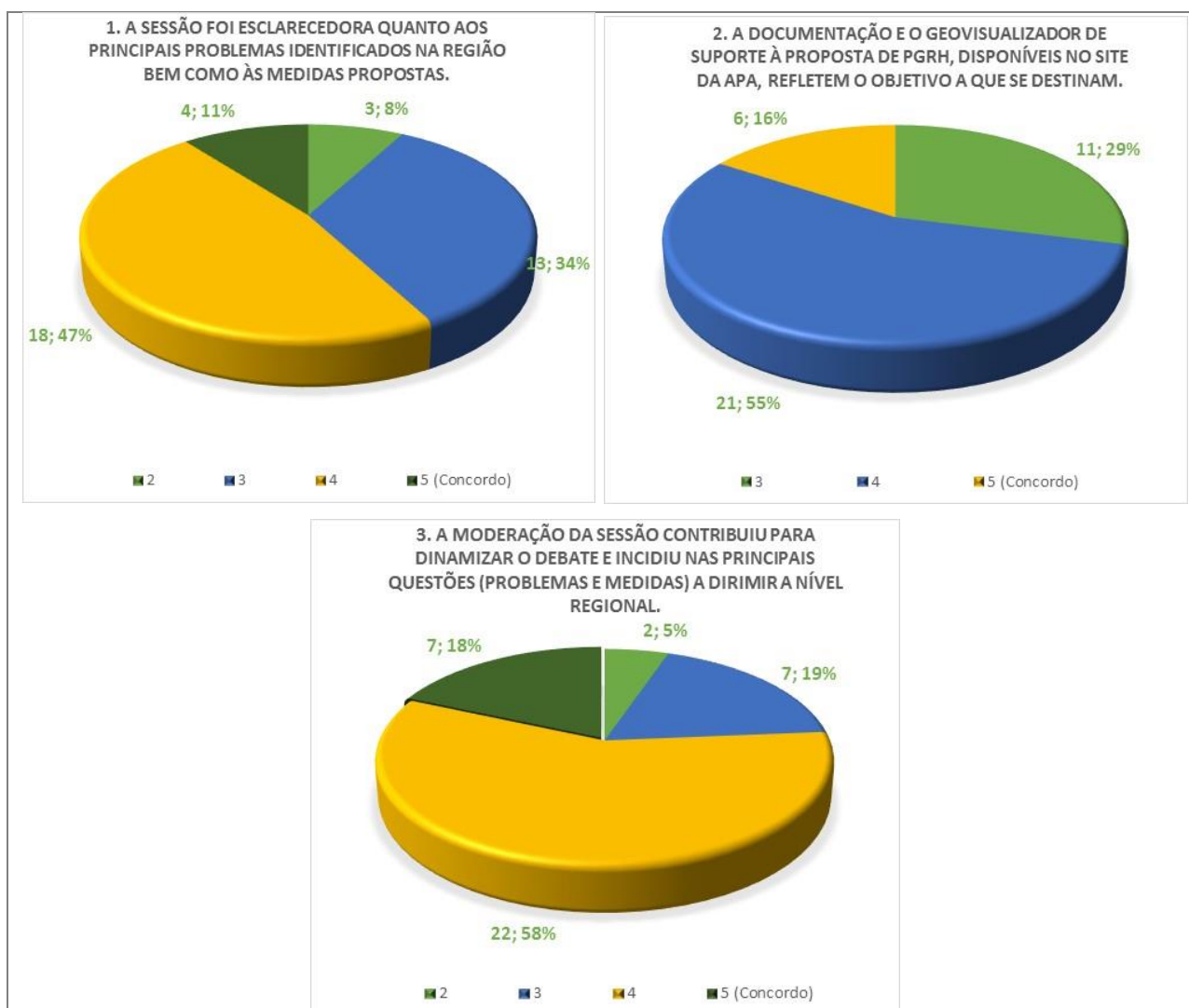


Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais

RESULTADOS:

No que se refere à primeira parte do evento, respeitante à sessão plenária e debates setoriais, as respostas ao formulário disponibilizado aos participantes indica que a maioria dos participantes considera que a sessão foi esclarecedora e que a moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate sendo que estas questões obtiveram valores médios superiores a 3,5 numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

As questões “a possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia” e “estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características” obtiveram valores superiores a 4 em cerca de 69% e de 94%, respetivamente.

AValiação:

O balanço global sobre a sessão com os setores é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina.

A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

No que se refere aos debates regionais, cerca de 71% dos participantes classificou com a pontuação acima de 4 a questão: “A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam”.

As questões sobre “a sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas” e “a moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional”, obtiveram a classificação de 4 valores para 47% e 58% dos participantes, respetivamente.

3.4. Envolvimento do público

O QUE FOI FEITO:

O grande objetivo da APA foi promover a participação do maior número possível de interessados no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com particular enfoque na Administração central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não-governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

Mais especificamente, foram “convidados” a ter um papel mais ativo neste processo:

- Organismos da administração pública com competências no setor da água;
- Organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- Associações e organizações dos setores utilizadores da água;
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.

A lista de participantes na sessão regional realizada é apresentada no Anexo II.

INDICADORES:

Para avaliar o público envolvido na sessão regional, consideraram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de inscrição utilizada para o efeito:

1. Forma de participação;
2. Natureza da entidade representada.

1. Forma de participação

Através do preenchimento do campo “Participa nesta sessão: A título individual ou em representação de uma entidade /organização” e “Qual o modo de participar na sessão: Presencial/videoconferência”, incluídas na ficha de inscrição da sessão, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.6.

Quadro 3.6 – Forma de participação nas sessões

Presencial (%) /Online (%)	A título individual (%)	Em representação de uma entidade /organização (%)
18/82	17	83

2. Natureza da entidade representada

O Quadro 3.7 sistematiza os resultados obtidos, através do tratamento dos dados da ficha de inscrição, no que diz respeito à natureza das entidades representadas.

Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada

Administração central/ regional (%)	Administração local (%)	Instituições de ensino/ investigação (%)	Indústria (%)	Empresas Públicas (%)	Associações Profissionais (agricultores) (%)	Associações profissionais (outras)	ONGA (%)	Outras (%)
12%	35%	2%	8%	20%	10%	2%	6%	4%

RESULTADOS:

A administração local esteve representada por 15 autarquias e 2 comunidades intermunicipais (CIM), o que corresponde a 35% das entidades que participaram na sessão regional.

As entidades gestoras de água e resíduos (empresas públicas), quer de âmbito municipal (3), quer de âmbito regional (7), são o segundo grupo com maior representatividade, correspondendo a 20% das entidades representadas.

Os organismos da administração central e regional constituem 12% das entidades representadas.

O setor agrícola esteve representado através de 5 associações, ou seja 10 % do número total de entidades presentes. Estiveram presentes apenas 4 indústrias, o que corresponde a 8 % do número total de entidades presentes.

Estiveram ainda presentes 3 ONGAS, na área do ambiente, património e turismo, e uma associação profissional na área do turismo.

Participou ainda uma empresa na área da comunicação e uma empresa de consultadoria.

AVALIAÇÃO:

As autarquias e as CIM representam sensivelmente 1/3 das participações na sessão regional. Se considerarmos a totalidade das entidades da administração central, regional e local, estas totalizam 47% do número total de entidades presentes.

Em contrapartida, do lado dos utilizadores, as entidades gestoras de água e resíduos (20%), os setores agrícola (9%) e industrial (8%) apenas totalizam 38%.

No que se refere à sociedade civil (associações profissionais, instituições de ensino/ investigação, ONGA, media), estas apenas totalizam 14% do número total de entidades presentes.

Face ao exposto, importa definir no próximo ciclo de planeamento estratégias que se traduzem no aumento da participação dos utilizadores e da sociedade civil.

3.5. Contributos recebidos e análise

O QUE FOI FEITO:

Os contributos do público nos processos de participação pública são a chave para compreender se as metodologias adotadas foram corretas, se a informação disponibilizada transmitiu eficazmente o que se pretendia e se os interessados se revêm na mensagem transmitida. O envolvimento dos interessados é o ponto de partida para o sucesso do processo de planeamento da DQA.

Neste sentido, foi disponibilizado para o envio de contributos o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt e o site do PARTICIPA

INDICADORES:

A. CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES DURANTE AS SESSÕES PÚBLICAS

No decurso das sessões públicas realizadas foi concedido um período de apresentação de questões, dúvidas e sugestões por parte dos participantes. As notas referentes aos assuntos debatidos em cada sessão, incluindo as respostas e os esclarecimentos prestados, são apresentados no Anexo V.

B. E-MAIL E PORTAL PARTICIPA

Foram recebidos no e-mail institucional disponibilizado para o efeito e no portal PARTICIPA, os contributos apresentados no Quadro 3.8. A análise formal da sua integração na versão final do PGRH bem como as respetivas justificações encontram-se detalhados no Anexo VI.

Alguns pareceres elencavam contributos no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), os quais não foram considerados no PGRH, tendo sido analisados em sede de PGRI.

Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa

Identificação do participante	Forma de participação	Tipo
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	PARTICIPA	Empresa Pública (entidade gestora de água e resíduos)
Anabela Rocha	PARTICIPA	A título individual
ANP WWF	PARTICIPA	ONGA
APL	E-mail	Administração nacional/regional
ARS LVT	PARTICIPA	Administração nacional/regional
Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena	PARTICIPA	Associação Profissional (agricultores)
Câmara Municipal de Loures	E-mail	Administração local
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo	PARTICIPA	Administração local
Câmara Municipal de Palmela	PARTICIPA	Administração local
Câmara Municipal de Santarém	E-mail	Administração local
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	E-mail	Administração local
CAP	PARTICIPA	Associação Profissional (agricultores)

Carlos Augusto	PARTICIPA	A título individual
DGADR	E-mail	Administração nacional/regional
DGRM	E-mail	Administração nacional/regional
Diana Fernandes	PARTICIPA	A título individual
DRAP Centro	PARTICIPA	Administração nacional/regional
DRAP/LVT	PARTICIPA	Administração nacional/regional
EDP- GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A	E-mail	Empresa
EdP Labelec	PARTICIPA	Empresa
Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior (APIN)	PARTICIPA	Empresa Pública (entidade gestora de água e resíduos)
ERSAR	E-mail	Empresa Pública
FENAREG	PARTICIPA	Associação Profissional (agricultores)
GEOTA	PARTICIPA	ONGA
Guilherme CastelBranc de Guimarães Serôdio	PARTICIPA	A título individual
Hugo Neves	PARTICIPA	A título individual
Jorge Carvalho Urbanistas Lda. UEst	PARTICIPA	Empresa
MARE	PARTICIPA	Instituições de ensino/ investigação
proTEJO - Movimento pelo Tejo	PARTICIPA	ONGA
SG de Planificación Hidrológica, D.G. del Agua, Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico	E-mail	Administração nacional/regional
Turismo de Portugal	PARTICIPA	Administração nacional/regional
Victor Antunes	PARTICIPA	A título individual
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	PARTICIPA	ONGA

Refira-se ainda que no processo de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da consulta pública do Relatório Ambiental, foram recebidos contributos que visavam também o PGRH. As respetivas respostas foram tratadas no âmbito do referido processo, sendo que as sugestões com enquadramento no PGRH foram devidamente integradas nos documentos.

RESULTADOS:

Foram recebidos via e-mail/PARTICIPA contributos de 33 entidades/particulares, dos quais 22% foram enviados a título individual e os restantes 78% em representação de uma entidade/ organização.

Foram recebidos 6 pareceres de autarquias e 8 da administração nacional/regional, o que corresponde a 52% do número total de pareceres recebidos. É de salientar que foi recebido um parecer do SG de *Planificación Hidrológica, D.G. del Agua, Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico*.

Relativamente aos setores, foram recebidos pareceres de 3 associação de agricultores, 1 parecer da indústria, 2 pareceres de entidades gestoras de água e resíduos e 1 parecer da entidade reguladora, o que perfaz 30% dos pareceres recebidos

Foram ainda recebidos pareceres de 4 ONGAS na área do ambiente, o que corresponde a 15% do número de pareceres recebidos.

Enviaram ainda pareceres 1 empresa de consultadoria, 1 instituições de ensino/ investigação.

AVALIAÇÃO:

A avaliação global do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH é muito positiva.

Relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo (22 entidades/particulares), verificou-se um aumento de 50% no número de pareceres recebidos que demonstra um interesse e uma consciencialização crescentes sobre as temáticas da água.

Na maior parte dos contributos recebidos são propostas novas medidas e/ou reforçada a importância de medidas que já constam do Programa de Medidas, destacando-se o seguinte:

- A necessidade de maior investimento no setor agropecuário e de reforço da fiscalização ao nível da recolha, retenção, encaminhamento e valorização dos efluentes pecuários.
- Implementação de estratégias para preservação e recuperação de nascentes e fontes, através de medidas como seja o controlo da erosão do solo.
- Utilização de nascentes, fontes e cisternas como solução de recurso aos períodos de maior escassez de água.
- Controlo e erradicação de espécies de plantas exóticas invasoras, quer aquáticas, quer da galeria ribeirinha, assim como de animais (ex. peixes, batráquios).
- Implementação de caudais ecológicos.
- Melhoria da conectividade fluvial.
- Remoção de barreiras obsoletas e renaturalização dos troços fluviais afetados.
- Condicionar a expansão do regadio intensivo em função do estado quantitativo e qualitativo das massas de água.
- Dessassoreamento e abertura regular e eficaz da Lagoa de Albufeira.
- Atribuição de novos TURH condicionada à avaliação de escassez e risco hídrico do sistema de abastecimento em que se insere (e não apenas da sub-bacia).
- Taxa de Beneficiação nos Aproveitamentos Hidroagrícolas: por um lado é proposto o reforço da sua aplicação, por outro é referido que foi apresentada uma proposta para a sua revisão junto da Tutela, dado que a implementação da atual taxa agravará os encargos dos agricultores e das Associações de Regantes,
- Revisão dos índices de escassez para a atividade agrícola e que estes sejam calculados ao nível da sub-bacia.
- Reforço da aplicação dos princípios de utilizador-pagador e poluidor-pagador.
- Redução das perdas nas redes de distribuição e de aumento da eficiência no uso da água no seor urbano.
- Redução de perdas físicas de água no setor agrícola através do investimento na reabilitação e modernização das infraestruturas

	existentes, na manutenção dos equipamentos de medição e na melhoria do controlo operacional da rede. • Está em desenvolvimento o <u>Projeto PARE-Plataforma</u> para os Avisos de Rega, que disponibilizará informação relativa às necessidades hídricas. • <u>Modernização dos Aproveitamentos Hidroagrícolas</u> do Sorraia, Idanha-a-Nova, da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, assim como de Alvega e da Cova da Beira. • É reforçada a importância da Medida “<u>Condicionar a emissão e renovação de TURH</u>” e, sempre que necessário, a sua revisão, na captação nas massas de água com estado inferior a bom ou em sub-bacias com índice de escassez significativo”, no entanto de acordo com FENAREG, esta medida irá afetar muito significativamente o desenvolvimento da agricultura de regadio. • Reforçar a implementação de boas práticas do regadio, formação e informação dos utilizadores. • Reforço das medidas para os setores agricultura e indústria. • Elaborar um <u>PEGA para a Bacia do Rio Almansor</u>. • <u>Compatibilização das utilizações do domínio hídrico com a conservação de todas as espécies piscícolas</u> cujo estatuto de conservação avaliados no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal se enquadram nas categorias: “Críticamente em Perigo” e “Em Perigo”. • Demarcação das <u>reservas fluviais</u> para a salvaguarda das condições naturais hidromorfológicas dos cursos de água assim classificados, bem como a valorização do seu património natural e cultural. • Estimar as necessidades hídricas necessárias para manter um estado de conservação favorável das <u>espécies e habitats</u> da Diretiva Habitats e da Diretiva Aves. • Estimular, junto dos viveiros florestais, a <u>recolha de sementes</u> certificadas para produção e comercialização dos materiais vegetais, a utilizar no âmbito de projetos de valorização dos ecossistemas ribeirinhos, de forma a assegurar os diferentes padrões de desenvolvimento de ecótipos, variedades, (sub)espécies presentes no território. • Utilização de <u>ETAR compactas</u> para recolha e tratamento autónomo em locais onde seja permitida a edificação e não esteja dotada de rede de saneamento ou a mesma não se encontre programada. • Minimização da proliferação de <u>vetores de doença</u>. • Garantia de <u>acesso universal à água potável</u>. • Reforçam a necessidade de incrementar a articulação entre Portugal e Espanha no âmbito da <u>CADC</u>, a disponibilização da informação de forma eficaz e transparente, a criação do Secretariado Técnico Permanente autónomo. • Reforçar a <u>monitorização quantitativa e qualitativa de todas as categorias de massas de água</u>. • Garantir <u>meios humanos e financeiros</u> que assegurem a implementação do PGRH.
--	--

	• <u>Fiscalização</u>: aumento dos meios e da capacidade técnica e operacional, assim como da eficácia na instrução de processos. • Melhoria e aumento efetivos da <u>participação pública</u>, e da transparência e acessibilidade da informação disponibilizada; • Utilização de <u>ApR</u>. • Garantir a articulação entre a DQA e a DWD, nomeadamente no que se refere aos seguintes aspetos: SNIRH, SILIAMB, monitorização, sistematização, tratamento e partilha de dados, avaliação e gestão dos riscos associados à qualidade da água e partilha da informação fiscalização e à comunicação e resposta em situações de contingência/emergência, como a seca, incêndios e outros eventos com impacto na qualidade da água. • <u>TRH</u>: metodologia homogénea, para o cálculo dos valores a repercutir, a articular entre a APA e a ERSAR; a cobrança da TRH deve ser proporcional à utilização dos recursos hídricos por cada atividade económica/setor e internalizar os custos e os impactos negativos, em termos quantitativos e qualitativos, de modo a incentivar a implementação de boas práticas e comportamentos mais eficientes e eficazes na utilização dos recursos hídricos. • Garantir a articulação com as Estratégicas e Planos setoriais como seja o PENSAARP 2030 e os Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC). • Criação de uma Comissão Interministerial de Coordenação da Água. • Promover a formação, educação ambiental e a participação pública. • Emissão de um certificado hidrológico que impulse a adoção de soluções mais ecológicas nos diversos sectores, • implementação de seguros agrários que cubram os riscos de escassez (e seca) associados. São também feitos vários comentários relativos ao conteúdo do PGRH, nomeadamente os relativos ao Sistema tarifário no setor urbano (ERSAR, AdP Valor), à importância de incluir a Reserva Ecológica Municipal (REN) na componente de diagnóstico e de planeamento dos PGRH e de fazer uma reflexão sobre o estado do ordenamento territorial e as suas implicações no estado e gestão dos recursos hídricos (ZERO).
--	--



4. BALANÇO GERAL

A identificação dos pontos fracos e fortes deste processo de participação pública assim como das ameaças e das oportunidades existentes constitui uma mais-valia importante para os futuros procedimentos de participação pública a promover pela APA.

Neste contexto o Quadro 4.1 apresenta a análise SWOT desenvolvida neste âmbito.

Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública

Pontos fracos	Ameaças
Pouca experiência da Administração Pública na promoção de Processos de Participação Pública dos PGRH	Falta de recursos humanos, financeiros e logísticos, vocacionados e direcionados para a implementação do processo de Participação Pública
Processo de mobilização da população para a participação pública é pouco atrativo	Abordagem de questões macro e demasiado técnica afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas
Processo muito direcionado ao setor público (Administração Central, Regional e Local)	Linguagem muito técnica
Pontos fortes	Oportunidades
Divulgação de informação nos vários canais/plataformas existentes, em particular no PARTICIPA, assegura a transmissão e disseminação do conhecimento	Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão da água
Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações	Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, diminuindo os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos
Partilha de responsabilidades entre setores/Administração	Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos
Capacidade de tecnológica para os novos desafios provocados pela pandemia	Desenvolver novas formas de participação pública, nomeadamente, sessões públicas <i>online</i>

Numa análise global, pode concluir-se que este procedimento de participação pública foi bastante positivo, o interesse, em particular dos setores, do poder local e da sociedade civil em geral, tem sido crescente ao longo dos vários ciclos de planeamento.

Existe no entanto, ainda, um longo caminho a percorrer que assenta em três pontos essenciais:

- Necessidade de recursos humanos especializados em participação pública dentro da administração a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
- Necessidade de recursos financeiros alocados especificamente à temática da participação pública uma vez que os montantes necessários não são menosprezáveis;
- Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto da sociedade civil.



ANEXOS

ANEXO I - Ficha de inscrição na(a) sessão(ões) de participação pública

Ficha de inscrição *online* para participação nas sessões públicas

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH

Sessão da região hidrográfica RH – Data

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1. Qual o modo de participar na sessão?

Presencial ☐

Videoconferência ☐

2. Nome _____

3. E-mail _____

4. Concelho de residência: _____

5. Participa nesta sessão:

A título individual ☐

Em representação de uma entidade /organização ☐

Nome da organização/entidade _____

6. Como tomou conhecimento deste evento?

Site Institucional ☐

E-mail Institucional ☐

Comunicação social ☐

Participação em outro evento ☐

Recomendação de colega/ amigo ☐

Redes Sociais ☐

Outro Qual? _____

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

Ficha de inscrição para participação na sessão *online* com os setores**PARTICIPAÇÃO PÚBLICA****3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027****Versão provisória do PGRH - Sessão com os setores****16.Nov.2022**

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1. Nome _____

2. E-mail _____

3. Concelho de residência: _____

4. Participa nesta sessão:

A título individual ☐

Em representação de uma entidade /organização ☐

Nome da organização/entidade _____

5. Qual a sessão regional a que pretende assistir?

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiros do Oeste ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

ANEXO II - Presenças na sessão pública do PGRH do Tejo e Ribei- ras do Oeste

Participante/Entidade
Alberto Navas/ Confederación Hidrográfica del Tajo
Alexandra Brito/ CAP
Ana Alves/ A título individual
Ana Alves/ CM Santarém
Ana Mata/ AdP
Ana Palmar/ CM Benavente
André Alves/ CM de Torres Vedras
Angela Máximo/ A título individual
António Raio/ A título individual
Carla Duarte/ A título individual
Carla Ribeiro/ A título individual
Carlos Vieira/ SMAS de Sintra
Catarina Patriarca/ APA
Célia Campos Jeremias/ CM Lisboa
Cristiana Santos/ A título individual
Cristina Santos/ AdP
David Pulquério/ CM de Ourém
Diana Cordeiro/ FENAREG
Eduarda Ferreira/ Be Water - Águas de Ourém
Fernanda Gomes/ APA
Filipa Gaspar/ CM Lisboa
Filipe Baptista de Carvalho/ Associação Portuguesa de Ecoturismo
Gabriel Barbosa/ GNR
Jéssica Loureiro/ A título individual
Joana Filipe/ About Media
Joana Pinto Coelho/ AdP
João Faria/ DRAPLVT
João Fragoso/ Conesa Portugal
João Paulo Monteiro/ DRAPLVT
Joaquim Mira/ GNR
Joaquim Pinto da Costa/ APA
Jorge Machado Dias/ CM de Torres Vedras
Jorge Paiva e Cunha/ AdP
José Nuncio/ FERNARG e ARBVS
José Nuno Lacerda Fonseca/ DRAPLVT
José Silva/ A título individual
Lia dos Reis/ APA
Liliana de Sousa/ GeoAtributo - CIPOT, Lda
Lina Raimundo/ Biotek SA
Luis Cariga Lopes/ CM Vila de Rei

Participante/Entidade
Luís Reis/ SMAS Sintra
Maria Caeiro/ ABLGVFX
Maria João Capela/ AdP
Maria Luís Fino/ CAP
Maria Vale/ DGT
Mariana Graça/ CM Golegã
Marta Gomes/ CM Mafra
Mercedes Echegaray/ Confederación Hidrográfica del Tajo
Natália Frazão/ SIMARSUL, S.A.
Nuno Patrício/ CM Torres Vedras
Orlanda Carvalho/ Águas da Serra
Patrícia Alexandra Carreira/ CM Porto de Mós
Paula Chainho/ Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Paula Cristina Barata Crisóstomo/ CM Vila de Rei
Paula Sengo/ APL
Paulo Capinha/ A título individual
Paulo Pinheiro/ A título individual
Pedro Beato / Turismo do Alentejo
Regina Meneses/ CM Odivelas
Renato Batalha/ CM Arruda dos Vinhos
Rita Lopes/ A título individual
Rui Manuel Manteigas/ A título individual
Samuel Fernandes/ APA
Samuel Peres/ CAIMA, SA
Sandra Andrade/ A título individual
Sandra Andrade/ CM VFX
Sara Correia/ ZERO
Simone Martins/ APA
Simone Pio/ AdP
Sofia Barradas/ AdP
Sofia Delgado/ A título individual
Sofia Dornellas/ AdP
Sofia Mendonça/ CIM Oeste
Sónia Neves da Silva/ Toul
Susana Alves/ SMAS Sintra
Susete Pereira/ CM Ponte de Sor
Teresa Pereira/ APL
Vanessa Fonseca/ AARA
Vanessa Martins/ AdP
Vera Oliveira/ AMARSUL
Vítor Moreira/ SMAS VFX

ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores

ENTIDADES INSCRITAS
ADENE
AdP Valor
ADVID
AdVT
AEP
AEPSA
Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos, EM
AGROTEJO
Águas da Figueira, S.A.
AdP - Águas de Portugal, S.A
Águas do Algarve, S.A.
Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A.
Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.
Águas do Centro Litoral, S.A.
Águas do Ribatejo
Águas e Energia do Porto, EM
Águas Públicas do Alentejo, S.A.
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANEPC - CDOS Beja
ANEPC - CDOS de Braga
ANEPC - CDOS de Vila Real
ANEPC - CDOS Porto
ANEPC - CDOS SANTARÉM
ANEPC - CREPC Algarve
ANEPC - CREPC Norte
ANP WWF Portugal
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela
APESB - Associação Portuguesa De Engenharia Sanitária E Ambiental
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.
APL, SA – Administração do Porto de Lisboa
APPITAD - Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro
APS, S.A. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve
APSS, SA . - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
AQUALOGUS, Engenharia e Ambiente, Lda.
ARBVLIS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis
Arneiros de Almeirim
Associação Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
Associação Beneficiários do Roxo
Associação de Agricultores do Ribatejo

ENTIDADES INSCRITAS
Associação de Beneficiários Baixo Mondego
Associação de Beneficiários da Cela
Associação de Beneficiários de Loures
Associação de Beneficiários do Lucefecit
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho o Sabugal
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga
Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Associação dos Agricultores do Ribatejo
Associação dos Beneficiários da Cova da Beira
Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve - ABPRSA
Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS)
Associação Turismo do Algarve
AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
Bovisul
Câmara Municipal da Golegã
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Marco de Canaveses
Câmara Municipal de Matosinhos
Câmara Municipal do Porto - SMPC
CAMPOTEC - Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, SA
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CAP CIR TM
CCDR Algarve
CCDR LVT
CCDR Norte
Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)
CGA Terra Viva
CGEAEDCOA
CGEAV
Comunidade Intermunicipal do Cávado
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
Câmara Municipal de Mora
Comando Territorial de Faro da GNR
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ENTIDADES INSCRITAS
Comunidade Intermunicipal do Oeste
Confederação do Turismo de Portugal
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRAPAlg
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
EDP Gestão da Produção de Energia, SA
EPAL, SA
ERSAR
Esposende Ambiente, EM
FAGAR, E.M.
Federação Portuguesa de Golfe
FENAREG
Fluviário de Mora
FRUTOESTE, CRL
GEOTA
GNR/SEPNA
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IAPMEI
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
INOVA-EM
ISEG U. Lisboa
LNEG, IP
LPN – Liga para a Proteção da Natureza
Município de Amarante/Serv. Mun. P. Civil
Município de Paços de Ferreira
PantherCapacity Consultoria Unipessoal, Lda.
Primohorta, Lda
Proteger Grândola- Associação de Proteção do Ambiente
proTEJO - Movimento pelo Tejo
Provape CRL
Região de Turismo do Algarve
Revista Ecosocialismo
S2AquaCoLab
Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia
Serviço Municipal de Proteção Civil do Porto
SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas
SMAS Almada
SMPC - Município de Vila Nova de Gaia
Título individual

ENTIDADES INSCRITAS
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Universidade do Algarve
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5)

FICHA DE AVALIAÇÃO

Vila Franca de Xira

14. Julho.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica. O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

(Assinale com **X** o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)			(concordo)	
	1	2	3	4	5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. A sessão foi esclarecedora					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

FICHA DE AVALIAÇÃO

16.novembro.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica. O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1- A que sessão(ões) assistiu?

Sessão plenária ☐

Sessão plenária + debates setoriais ☐

Sessão plenária + debates setoriais + sessão regional ☐

Debates setoriais ☐

Sessão regional ☐

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)			(concordo)	
	1	2	3	4	5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. As sessões foram esclarecedoras					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

2- Assinalar a sessão regional a que assistiu:

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiros do Oeste ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)		(concordo)		
	1	2	3	4	5
1. A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas.					
2. A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam.					
3. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional.					
4. A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia.					
5. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características.					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO V - Notas da sessão pública regional e da sessão setorial

SESSÃO REGIONAL

Vila Franca de Xira, 14 de julho de 2022

A sessão de participação pública da versão provisória do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste 2022-2027 teve lugar a 14 de julho de 2022, na Fábrica das Palavras, na Biblioteca Municipal e Equipamento Cultural, em Vila Franca de Xira, tendo a mesma decorrido simultaneamente por meios telemáticos.

A sessão foi presidida pela Administradora Regional da ARH do Tejo e Oeste, Susana Fernandes e contou com 83 inscrições prévias tendo estado efetivamente presentes 14 pessoas em modo presencial e 81 *online*.

A versão provisória do PGRH foi apresentado pela chefe da Divisão de Planeamento e Informação, Mariana Pedras, com destaque para a caracterização e diagnóstico (pressões, monitorização e estado das massas de água) e programa de medidas. Seguiu-se um período de debate, que contou com a participação da chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água, do Departamento de Recursos Hídricos da APA, Fernanda Gomes.

Os contributos recebidos na sessão foram os seguintes:

- Foi referida a necessidade de desassorear o rio Tejo, tendo a APA/ ARHTO referir que o programa de medidas do PGRH inclui uma medida específica.
- Foi dado nota da presença de uma lixeira junto ao rio Sorraia, comprometendo-se a APA a verificar se foi incluída no inventário de pressões.
- Foram feitas sugestões para a apresentação da informação nos documentos do Plano: incluir para cada parâmetro, o valor médio e os valores máximo e mínimo; incluir os níveis de confiança para cada uma das estimativas apresentadas.
- Foi referida a importância da monitorização das massas de água fronteiriças e transfronteiriças, (quantidade e qualidade) tendo a APA/ARHTO prestado esclarecimentos sobre os programas de monitorização em curso. A APA/ ARHTO deu ainda nota que a EDP e as Águas de Portugal monitorizam as albufeiras no âmbito dos seus contratos de concessão, como sucede com a albufeira de Fratel, monitorizada pela EDP.
- Foi dado nota da necessidade em recuperar as minas da Panasqueira, que podem constituir uma importante fonte de poluição, tendo a APA respondido que o PoM inclui uma medida específica.
- Foi reforçada a importância de aplicar o princípio do poluidor/pagador.
- Foram manifestadas preocupações relativas ao transvase entre a albufeira do Cabril e o rio Ocreza, tendo a APA respondido que os estudos ainda estão em curso.
- Foi questionado o que se entendeu no PGRH por investimentos estruturantes, tendo a APA respondido que são os investimentos definidos pelos diferentes setores que poderão afetar o estado das massas de água. No que se refere especificamente ao Projeto Tejo, este não foi oficialmente comunicado à APA.
- Foi dado nota que apenas 20% do escoamento na bacia hidrográfica é armazenado, sendo necessário aumentar a capacidade de armazenamento na região hidrográfica. A APA solicitou que fosse enviada a informação que esteve na base para o cálculo da capacidade de armazenamento na bacia hidrográfica e

reforçou de que nos atuais cenários de alterações de escoamento é previsível o aumento da temperatura e a redução de precipitação e do escoamento pelo que a construção de novas deve ser devidamente avaliada no sentido de verificar se a médio e longo prazo existem disponibilidade hídricas que permitam o seu enchimento e exploração. A APA reforçou ainda a importância de manter o ciclo hidrológico, e que nem toda a água deve ser captada antes de chegar ao mar.

- A FENAREG questionou a afirmação do PGRH onde dito que, em média, o nível de recuperação de custos nos aproveitamentos hidroagrícolas na RH5 é inferior a 100%. A APA reforçou que para o cálculo dos níveis de recuperação se utilizaram dados fornecidos pela DGADR, tendo solicitado à FENAREG a disponibilização da informação que utilizou para chegar a conclusões diferentes.
- A FENAREG reforçou que a DGADR possui bastante informação relativa à utilização da água no setor agrícola, que considera dever ser integrada no PGRH.
- Foi referido que já não há guarda-rios, ao que a APA respondeu que existem 9 vigilantes da natureza que em articulação com o GNR/SEPNA tem garantido a monitorização e a fiscalização.
- Foi feita a observação de que a Taxa de Recursos Hídricos não é utilizada na proteção de recursos hídricos, tendo a APA respondido que a utilização das verbas do Fundo Ambiental para o restauro fluvial e controlo de exóticas é uma realidade.
- Foi reforçada a importância da participação pública e da educação ambiental., sendo que referido que devia ter havido maior divulgação desta sessão.
- Foi reforçada a importância da formação dos agentes que intervêm no terreno externos à APA, como sejam os técnicos das autarquias, no que se refere à limpeza e conservação de linhas de água e restauro fluvial.

SESSÃO SETORIAL

Porto, 16 de novembro de 2022

Realizou-se no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por:

- Sessão plenária geral,
- Debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo)
- Debates regionais paralelos por ARH.

Os principais aspetos discutidos durante os períodos de debate são elencados seguidamente.

1. Debates setoriais

Setores agricultura, pecuária, agricultura e pescas

Paula Sarmento (assessora do Conselho de Administração da EDIA) – criaram-se zonas de infiltração ao longo das linhas de água com barreiras ativas no terreno (galerias ripícolas). Uma MA com muitos nutrientes prejudica muito as redes de rega e implica custos muitos significativos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – parece que muitas destas ações são feitas a nível de voluntariado e de iniciativa desgarrada de entidades. Não devia ser feita de forma mais concertada e institucional?

José Salema (Presidente da EDIA) – a compostagem dos resíduos orgânicos (projeto URSA) na perspetiva da qualidade da água, para substituir a adubação química. A adubação orgânica é muito mais eficaz na transferência dos nutrientes para as plantas, apesar de providenciar cargas de NPK inferiores às dos adubos químicos. Já têm experiência de agricultores de olivais que mostram a eficácia desta adubação orgânica (diminuindo ou eliminando a adubação química). Acha que no futuro este projeto devia ser obrigatório. Portugal devia aumentar a produção agrícola, para aumentar o grau de aprovisionamento e independência. Tem de haver regadio no clima português (produz 5 a 6 vezes mais que o sequeiro), mas usando modelos com uma minimização da pegada ecológica.

André Lopes – (Oeste CIM) – já estão em curso projetos com apoio comunitário de compostagem, apesar da compostagem ser tão velha quanto a agricultura. Há técnicas agrícolas que promovem serviços de ecossistemas que não são remunerados. Esta remuneração podia ser uma via de incrementar estas boas práticas, incorporando as externalidades nos serviços.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – presume-se que está a fazer-se a circularidade, mas fica aquém das necessidades. As MA que atravessam os territórios agrícolas, que são as artérias e veias do sistema. Os serviços dependem da boa qualidade da galeria, que está em domínio público hídrico. Não parece haver, do ponto de vista de prática, gestão e legislação, incentivo ao agricultor para tomar conta da MA que está na sua propriedade e que tem custos anuais significativos. Os corredores fluviais são importantíssimos para a estrutura ecológica e são tamponizantes. Devia haver mais ligação entre o setor da água e a agricultura ao nível destes aspetos?

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – na região do Tejo as ribeiras não são limpas porque os proprietários não têm capacidade económica para o fazer e o Estado devia substituir-se a eles. Há falta de resposta da APA para fazer a limpeza das ribeiras, embora não saiba se os pedidos dos agricultores são feitos de forma correta. E no inverno, essa falta de limpeza promove inundações com perdas de vidas humanas. As infestantes são cada vez mais, as ribeiras estão atulhadas e facilmente galgam e destroem os terrenos. Fala-se muito dos incêndios e menos na limpeza das ribeiras. Muitas vezes as limpezas são mal feitas e limpa-se tudo,

removendo a vegetação ripícola. O Movimento ProTejo reconhece que aumentar o regadio é uma medida contraproducente. Enviou um documento técnico ao Ministério do Ambiente e que até hoje não obteve resposta. Teme que os técnicos estejam a fazer um imenso trabalho de levantamento de medidas e que depois não são implementadas por razões políticas e espera que esta sessão promova a sua implementação.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – a limpeza das ribeiras é muito consumidora em termos de dinheiro e é reconhecido na Europa que os setores públicos e privados têm de unir esforços porque individualmente não o conseguem.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – sempre que solicitado ou quando verificado pela fiscalização, é feita a limpeza de ribeiras. A APA tem feito imensos protocolos com municípios para renaturalização de linhas de água. Há, inclusive, um protocolo com a C.M. de Abrantes.

Inês Matos (AdRibatejo) – porque razão este foi o ano em que mais milho se cultivou no Ribatejo, sendo das mais consumidoras de água e com rega por aspersão, várias vezes por dia (4x), com temperaturas elevadas (40º às 15h), com elevada evaporação? Custa acreditar que não haja um tipo de rega mais adequada.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – uma componente é a procura ditada pelo mercado. Compete ao país, à administração, regular, para não haver desequilíbrios entre a oferta e a procura.

João Azevedo (CAP) – faz sentido não acumular a água que se perde para o mar? Não podemos criar açudes nas ribeiras para reforçar a recarga dos aquíferos?

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – Isso não é uma visão egoísta do ponto de vista das pescas. Esta é uma ideia do passado, completamente ultrapassada. Não é uma visão integrada. Quem está no mar não tem essa opinião, e as espécies que estão nos estuários e pretendem subir as MA?

Sílvia Pedro (MARE, Universidade de Évora) – o não chegar da água ao mar tem impacto direto na pesca das espécies migradoras, como a lampreia. Se não houver escorrências de água doce para o mar deixa de haver pistas para estas espécies diádromas subirem. Temos de apostar na conectividade longitudinal nos rios e ribeiras para as espécies migradoras fazerem o seu ciclo de vida. Não desvalorizar a água para agricultura, mas não esquecer as espécies piscícolas e o setor da pesca.

Alexandra Brito (CAP) – a ideia da CAP não é que a água não chegue ao mar, mas até lá há diversas atividades que necessitam da água antes de chegar ao mar. A preocupação é tentar armazenar do inverno para o verão, dos anos mais húmidos para os mais secos. Não se pode deixar a desertificação acontecer. Este ano ocorreu falta de cereais, pelo que importa apostar na soberania nacional a este nível.

André Lopes (Oeste CIM) – é preciso uma visão mais holística, a água, quando chega à foz, ao mar, ela transporta nutrientes e sedimentos também muito importantes para fomentar a proliferação de espécies e evitar erosão costeira, respetivamente.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – devíamos basear-nos mais nas castanhas (hidratos de carbono nacionais) e menos nos cereais importados. Atenção que as aquaculturas beneficiam do transporte dos nutrientes, mas esses mesmos nutrientes diminuem a qualidade das MA à luz da DQA.

Lorenzo Quaglietta (ISA) – todos os Estados-Membro da UE pretendem restaurar a continuidade fluvial (25 000 km, que pode vir a subir para 50 000 km). A construção de açudes e barragens não vai ao encontro deste desígnio, pois altera a movimentação de peixes e a sedimentação na costa. Temos de ponderar reduzir/acabar a agricultura intensiva onde não há água porque o clima não o permite.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há barreiras interessantes, que podem, em pegos, manter espécies no verão. Assim, não se deve ser taxativo em dizer não às barreiras. As barreiras obsoletas é que deviam ser destruídas (os Espanhóis já o fizeram a 6000) e só em Almançor há 28 que deviam ser destruídas.

Não se tem feito muita coisa nas hidromorfológicas. É preciso avaliar a barreira (objetivo, dimensão, contexto hidromorfológico).

Ana Silva – porque é que a biodiversidade é importante? Não é salvar espécies em particular, mas sim salvaguardar as condições que favorecem o bom funcionamento dos ciclos ecológicos e que a vida na Terra floresça e não haja um permanente constrangimento à sobrevivência das espécies, inclusive a humana. A agricultura devia apostar em mais castanhas, mais leguminosas, menos vinho, menos tomate, menos azeite. A importância dos microrganismos na vitalidade dos solos é absolutamente fundamental, até para a sua capacidade de reter água. Tem de haver maior empenho em aumentar os níveis de investigação e fazer chegar o conhecimento aos agricultores, a par do apoio financeiro, porque a transição agrícola e energética são urgentes e estão integradas. A florestação é fundamental para a retenção da água nos solos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola tem um novo discurso e uma nova forma de estar (50% na diminuição de pesticidas). O problema é implementar.

Pedro Coelho (ARH Algarve) – a manutenção da rede hidrográfica devia ficar com outra responsabilidade. Qual o papel das associações de regantes a este nível? Não deviam intervir também na gestão da procura? Não deviam flexibilizar as culturas que estão instaladas, promovendo uma adequação das espécies do perímetro à dotação prevista na concessão? Estão preparados para estes desafios?

Rosa Amador (Associação da Viticultura Douricense - ADVID) – a agricultura quer que haja equilíbrio para tomar decisões com fundamento no conhecimento. As áreas de vitivinicultura estão no interior, nas áreas mais desertificadas, pois sem população há mais incêndios, mas também menos biodiversidade. A vinha não era regada até há bem pouco tempo. Regam a quantidade necessária e suficiente em função da qualidade do vinho, por gota a gota, com dotações inferiores à evapotranspiração potencial. Tentar gerir o stress hídrico na primavera e no verão. O vinho dá 1000 milhões de euros de exportações. Estão a desenvolver projetos para usar ApR. Tem-se investido muito na quantidade de água, mas também na qualidade (manutenção de sebes e de galerias ripícolas, retenção de terras). Quando mais transferência de conhecimento melhor, sendo importante deixar de nos guiarmos por preconceitos.

Paula Sarmento (EDIA) – a rede de drenagem dos aproveitamentos hidroagrícolas sofreram uma grande evolução. Quando foi implementado o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos o investimento era na reabilitação das linhas de água que atravessavam a área de influência do aproveitamento hidroagrícolas. Era importante que o Fundo Ambiental continuasse a definir como prioridade estas intervenções.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muitos sítios onde está a ser feita recuperação das linhas de água, mas de forma pontual e é preciso adquirir escala, mais continuada e mais consistente no tempo, senão a dimensão dos trabalhos acaba por ser um grande esforço, mas que fica aquém.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – devia haver estratégias regionais de reabilitação fluvial. Assentar só no protocolo com municípios não é suficiente, o Fundo Ambiental não tem verba para tudo. Não tem sido possível fazer essa ligação aos aproveitamentos hidroagrícolas. Espanha tem uma estratégia nacional e é assim que tem de funcionar.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – em alguns rios isto pode ser feito pelo restauro passivo, diminuindo as pressões.

Ana Silva (ProTejo) – as alterações climáticas são mais a consequência do que a causa dos problemas. A APA fez um bom trabalho nas medidas propostas para o plano.

Judite Fernandes – problema sério de recarga de aquíferos, que pressupõe infiltração ao longo do tempo. Os solos estão pobres em matéria orgânica, pelo que a recarga também vai diminuir por esta via e não só pela seca. A recuperação do solo é fundamental. Como é que devemos conter a água para recarregar

aquíferos, para não se ter de reforçar as captações subterrâneas abaixo do nível freático. Apostar no ordenamento hídrico:

- na campina de Faro, existe a Vitacress com plano de água para a cultura de agriões;
- nos PDM, que estão a ser revistos, ainda há barbaridades, como a tentativa da diminuição das áreas estratégicas de recarga de aquíferas, como as alagoas brancas em Lagoa para fazer um *Retail Park*.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o problema da recarga de aquíferos e de controlo da erosão é que são muito pontuais, quando deveriam ser feitas de forma generalizada e continuada.

Manuel Moreira (Direção SEPNA) – parabéns à APA pelos PGRH. Houve 2 decisões administrativas da APA que deram 2 míseras admoestações. As captações ilegais são graves e assim perde-se a capacidade de dissuasão dos infratores. A sanção devia ser mais adequada, pois frustra o trabalho dos fiscalizadores.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – até que ponto podemos usar os ecorregimes, como as associações de regantes, para ajudar a reabilitar as linhas de água? Que outros mecanismos?

Alexandra Brito (CAP) – os ecorregimes têm pouca adesão, pois havia limitações porque a área mínima de intervenção não era compatível com agricultores individuais, mas não sabe como está atualmente.

André Lopes (Oeste SIM) – talvez fosse benéfico tentar separar mais o setor pecuário do agrícola, até para se poder melhor como agir e propor boas práticas.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola não precisa de ApR todo o ano. Como aumentar a quantidade de água reutilizada?

António Gomes – tem aproveitamento de 1000 ha no Centro. Gasta ¼ a regar amendoal do que a regar milho. Gastam 2500 m³/ha e só no princípio de agosto é que o olival precisa de água.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muito a fazer, cada setor está a fazer o que pode, não pode fazer sozinho, tem de ter apoio.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – o AH da Cova da Beira tem origem de água na albufeira da Meimoa. Partilhou foto de rega por aspersão com alagamento e durante o dia. Há muito a fazer.

Felisbina Quadrado (APA) – as boas práticas têm de ser divulgadas. As soluções individualizadas devem dar ligar a coletivas, para se olhar mais uma região e aumentar a eficiência.

Setores indústria e energia

Filipa Newton (ADENE) – a empresa da indústria têxtil reduziu em 30% o consumo de água em 3 anos e mais e 24% no último ano. Assim, é possível, com monitorização, atingir poupanças extraordinárias. O acesso ao financiamento europeu também vai começar a ser limitado quando as empresas não são eficientes no uso da água. Como preparar as empresas a serem mais resilientes no consumo de água: há um papel da administração pública, mas também da própria indústria.

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – proliferação de zonas indústrias não compatíveis com a ETAR para a qual os efluentes industriais são encaminhados. Ecoparque de Galvão, em que os lixiviados são canalizados para 2 lagoas e sem sistema de retenção de segurança, pois uma delas rompeu e o efluente espalhou-se por zonas agrícolas. Há outra zona industrial com sistema de drenagem que abateu.

Filipa Newton (ADENE) – as empresas têm de investir nos sistemas de segurança e tratamento dos seus efluentes, no âmbito do princípio do poluidor-pagador.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a redundância de segurança é impossível de instalar. É como se devesse haver uma barragem para proteger a destruição de outra. Há regulamentos de descarga, mas tem de haver fiscalização, para proteger a ETAR a jusante. Extrapolar o método Pinch, usada pela indústria para maximizar a eficiência energética, para a eficiência hídrica. A indústria não tem de usar água própria para consumo humano se tal não é necessário. A utilização, ainda que sazonalmente, de ApR, apesar de ainda ter um custo energético mais elevado que o uso de água potável, tem o enorme benefício da gestão racional, promovendo a sustentabilidade e o uso racional.

Filipa Newton (ADENE) – esse aumento de custo energético pode ser feita ao nível do uso de energia renovável, para o qual existe apoios financeiros disponíveis.

Inês Matos (AdRibatejo) – zona rural onde a indústria é sobretudo no setor agroalimentar. Geram o sistema em alta e baixa. Têm regulamento de descarga ao sistema de água residual. Não é a indústria na malha urbana que causa grandes problemas, exceto algumas descargas pontuais de oficinas de automóveis. A responsabilidade do pré-tratamento é da indústria, embora a AdRibatejo possa aconselhar no pré-tratamento. Nada funciona melhor do que tapar o ramal de descarga de uma indústria, que leva ao encerramento temporário da fábrica. Aconselhou a ler a última edição da revista da APDA sobre o nexus água-energia. Quanta água é precisa para produzir 1 kWh com hidrogénio verde? São necessário de 9 L de água/ kg de hidrogénio.

Filipa Newton (ADENE) - é hidrogénio verde porque não é produzido a partir de combustíveis fósseis e também importa não usar águas próprias para a produção de água para consumo humano. As indústrias quando pensaram no uso do hidrogénio não ponderaram a fonte de abastecimento de água para o processo.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a AdRibatejo abrangem a alta e a baixa de água e saneamento, razão pela qual consegue controlar. Mas normalmente não acontece assim. Mais de 50% das águas residuais podem ser descarregadas para uma rede de drenagem em que não é feito qualquer controlo.

Simone Pio (AdP) – necessidade de pré-tratamento para reduzir a carga afluenta ao sistema de drenagem. Têm uma indústria num parque industrial cuja descarga está tamponada. Deve haver uma melhoria da monitorização. Devem usar-se os agentes locais para uma monitorização mais dinâmica e mais flexível dos recursos. Ficou admirada com o trabalho que ainda é preciso ser feito ao nível da necessidade de melhoria das MA.

Ana Silva (Movimento ProTejo) – necessidade de rever o regulamento das edificações urbanas e industriais. Necessidade de separar águas pluviais, águas cinzentas e águas negras, que podem ser recursos.

Inês Matos (AdRibatejo) - os parâmetros que estão a ser analisados nas MA, responsáveis pelo mau estado, deviam ser publicitados.

Anabela Rebelo (APA) – indicador de circularidade para a APA - Rede IMPEL – Projeto WINE, para ser aplicável da indústria ao produto, nexus água-energia-alimentação-ecossistemas.

Felisbina Quadrado (APA) – há vários parâmetros de monitorização, mas não são novos, como os nutrientes. Estamos aqui todos para usar melhor o nosso dinheiro/esforço para atingir o desafio, quer em quantidade, quer em qualidade.

Setores urbano e turismo

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – A qualidade das MA para o setor é importantíssima porque, não pondo em causa a qualidade da água para consumo humano (ou outros), exige um custo de operação do tratamento significativamente superior. Antigamente não era necessário haver preocupação com as origens, pois não se reconhecia a escassez. A diminuição dos recursos disponíveis a questão da origem

ganha uma dimensão ainda mais premente. As perdas não são apenas penalizantes para os recursos disponíveis, mas sim, também, para a energia. Há muitas perdas em baixa, mas já se está a fazer muito. A EPAL, ao nível das perdas no sistema, é a lebre.

Temos 30 anos de evolução. Qualidade e quantidade de água para abastecimento; recolha e tratamento dos efluentes

Atores/momentos: municípios; adesão à UE, fundos comunitários; Águas de Portugal; APA/ERSAR

Trabalhar para as populações numa lógica de saúde pública. Não pode haver mais interessado na qualidade das MA do que o setor urbano

Essencial a relação com a energia

Nuno Medeiros (EPAL e AdVT) – na AdVT trabalharam a escassez da parte da procura. Importa diferenciar o paradigma da água não faturada. As perdas são uma ineficiência, mas a água faturada também. Há que distinguir as perdas reais dos usos autorizados não faturados (medidos ou não). Têm conseguido alcançar resultados extraordinários nas redes em baixa. Reabilitar as redes é a forma mais cara de diminuir as perdas. O pedido é para arranjar mais oferta, mas não é fácil.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) - Confunde-se as perdas reais com a água não faturada e isso é muito prejudicial. Captações de 300-400 L/hab.dia também são captações que traduzem perdas muito significativas.

Joana Pinto Coelho (AdP Valor) – agradeceu a articulação com a APA e outros parceiros. PGRH do 2.º ciclo que se prolongam para o 3.º ciclo assumem 80% das medidas. 60% das medidas do 2.º ciclo. Os parâmetros que contribuem para o mau estado das MA, sobretudo os nutrientes. Pretendem promover a circularidade do setor e a simbiose entre os diversos setores da água. Gostava de ver o nexus água-energia refletido no PGRH do 3.º ciclo. Estão a trabalhar na ApR e necessitam de mais regulação. Têm alguns projetos, incluindo de utilização de ApR na agricultura, sempre numa perspetiva colaborativa de partilha de conhecimento e recursos. A 28 e 29 de nov. decorrerão as Jornadas da Engenharia, onde vão ser trabalhados muitos temas que são desafios do setor, incluindo a dessalinização: jornadasadp.pt.

Inês Matos (AdRibatejo) – é premente a revisão e atualização do regulamento de distribuição de água que é de 1993.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – tem pena que não tenha surgido nenhuma empresa em baixa sobre as perdas. As casas em zonas elevadas tinham cisternas para utilizar água para fins menos nobres e é preciso recuperar estas práticas. As empresas em alta já o fazem, mas tardam essas situações nas casas. A ApR acaba por ser uma nova origem.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – terminámos o ciclo de promover as infraestruturas, aumentar os índices de atendimento e temos de entrar no ciclo de reabilitação dos sistemas, que muitos já têm mais de 30 anos. O grau de sistema unitário ainda é muito elevado, pois são sistemas separativos na prática, mas unitários em muitos casos, designadamente em alta, onde se dá a concentração das aflúências indevidas. Há sistemas que em situação de pluviosidade nem sequer têm capacidade de transporte e com matérias da época, como uma erosão, desgaste ainda maior, levando à necessidade da substituição quase integral das condutas. As aflúências indevidas têm dupla consequência: nas ETAR e nas condutas. Outra consequência das aflúências indevidas é o consumo energético a que as ETAR são sujeitas. Por vezes, o afluente à ETAR, devido às aflúências indevidas são idênticas às da licença de descarga. Com gastos energéticos enormes e improdutivos, devido aos tempos de retenção mínimos nos diferentes órgãos de tratamento. As licenças de captação de água não são facultadas às EG da baixa. Essas indústrias não pagam o saneamento na captação, porque é independente, mas descarregam na rede e não pagam por isso. Está a fazer trabalhos de cadastro.

Também não se dispõe do licenciamento industrial. Isto dificulta à EG da baixa o controle das afluências indevidas. A captação para o dimensionamento das ETAR foram demasiado.

Felisbina Quadrado (APA) – a APA não se importa de disponibilizar os dados de licenças, com a devida proteção dos dados.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a articulação entre a alta e a baixa é essencial.

Patrícia Malta Dias (ADENE) – gera a iniciativa AQUA+ da ADENE para os edifícios. E já há projetos a nível europeu.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a gestão das áreas urbanas, em pequenas comunidades, devia ser alargada para as zonas verdes.

Ana Silva – WC secos e necessidade de atribuição de certificados de eficiência hídrica para discriminação positiva ao nível das tarifas de IMI, por exemplo.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – aumento de empreendimentos turísticos no litoral alentejano no concelho de Grândola, que podiam ter sistemas de reutilização interna.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – concorda com a metodologia dos certificados hídricos, mas existindo o sistema dual predial, havendo quem pode fazer a certificação a esse nível, parece-lhe que para os condomínios fechados, condomínios de grande dimensão e empreendimentos turísticos de raiz, estes sistemas duais podiam ser implementados sem onerar significativamente o custo total. Devia haver um regulamento que este sistema dual fosse obrigatoriamente implementado, quer por regulamentos municipais ou nacionais.

Que entidades estão habilitadas a fazer a análise de risco para licenciamento da ApR?

Anabela Rebelo (APA) – o guia da avaliação de risco foi publicado 1 mês depois do diploma, para além de existir uma norma ISO para esse efeito. Não se pensou na acreditação de entidades para a avaliação de risco, porque basta uma equipa de doutores e engenheiros para o fazer. A Isso não refere certificação.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – conhece o guia e as regras, mas isso a não satisfaz. A APA publicou um referencial, mas como sabemos se foi bem ou mal usado, como podemos ficar tranquilos?

Anabela Rebelo (APA) – existe um regulamento também para a reutilização para a agricultura, a Comissão não prevê a acreditação de entidades para esse efeito.

Inês Matos (AdRibatejo) – uma avaliação de risco é um exercício difícil e cada caso é um caso. Parte muito da sensibilidade das pessoas envolvidas. Não é uma simples fórmula de engenharia.

Pedro Coelho (APA – ARH Algarve) – mais 2 golfs a regar com ApR em Castro Marim. Estão a promover utilizações de ApR para usos urbanos não potáveis.

Marisa Viriato – a utilização de ApR é uma necessidade incontornável no Algarve.

2. Debate regional

No dia 16/11/2023 teve lugar a sessão pública setorial por via telemática, tendo contado com 41 inscritos quer a título individual, quer representando uma entidade externa à APA.

A sessão foi presidida pela Administradora Regional da ARH do Tejo e Oeste, Susana Fernandes, que no início da sessão elencou algumas das questões que a APA gostaria de discutir, sem detrimento de outras que os participantes quisessem abordar.

A APA colocou à discussão os seguintes tópicos:

- Conflitos de uso de água agricultura/abastecimento.
- Perdas nos sistemas de distribuição de água (rega, abastecimento público).
- Ausência de controlo prévio relativo às explorações agrícolas, salvo as que obriguem a avaliação de impacto ambiental/ RJREN
- Como envolver os proprietários e restantes *stakeholders* no restauro fluvial (ex. remoção de infraestruturas obsoleta).
- Proliferação de exóticas.

Seguiu-se um período de debate, que contou com a participação da chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água, do Departamento de Recursos Hídricos da APA, Fernanda Gomes.

João Azevedo mencionou as preocupações do setor agrícola quanto à redução das disponibilidades hídricas naturais, fazendo menção de que este é um setor indispensável, dado que é ele que produz alimentos. Questionou como é que no atual cenário de alterações pode ser feita a recarga de aquíferos, propondo que esses sejam recarregados a partir da construção de pequenos açudes nas linhas de água. Como exemplo, referiu o Plano Verde implementado no México. Mencionou também que cada vez mais os agricultores recorrem às melhores práticas no que se refere ao regadio, diminuindo os consumos.

A APA respondeu que temos que agir do lado da procura, nomeadamente através do aumento da eficiência dos sistemas de rega e da diminuição das perdas e que cada vez mais há que promover a articulação entre os diferentes sectores no domínio da água. A APA respondeu também que a recarga de aquíferos deve ser realizada através da precipitação e que a construção dos açudes para esse efeito deve ser equacionada caso a caso analisando os açudes que já existem na sub-bacia hidrográfica e os impactes ambientais associados à construção de novos açudes, assim como outras alternativas para a recarga dos aquíferos nomeadamente através da construção de charcas.

Armindo Silveira (ProTejo) questionou o João Azevedo sobre quais os aquíferos a que se aplicariam as medidas de recarga de aquíferos, tendo este respondido que se referia a aquíferos na região Oeste. Armindo Silveira mencionou o Memorando por um Tejo Livre apresentado pela ProTejo ao Ministério da Agricultura. As principais preocupações manifestadas foram: a necessidade de implementar os caudais ecológicos no rio Tejo, os “blooms de Azolla na albufeira do Cedillo, o funcionamento deficiente da passagem para peixes no açude Abrantes, os passivos ambientais existentes na albufeira de Fratel e da Fabrióleo, o controlo da cunha salinha e as medidas previstas para o estuário.

A APA mencionou o programa de monitorização que está implementado no rio Tejo: medição de parâmetros de qualidade da água com sonda, cada 2 dias, medições efetuadas com 2 sondas na Albufeira do Fratel, monitorização mensal em 11 estações do rio Tejo. Mencionou também que a qualidade da água na albufeira de Fratel tem vindo a melhorar em resultado da revisão dos TURH, tendo sido impostas novas condições de descarga que têm em conta a capacidade de depuração da albufeira de Fratel. No entanto, a qualidade da albufeira de Fratel depende também da qualidade da água na albufeira de Cedillo, localizada no rio a Tejo a montante de Fratel. As questões relativas à qualidade da água no rio Tejo são discutidas com Espanha no âmbito da CADC, havendo um grupo de trabalho específico sobre a qualidade da água no rio Tejo. No que se refere à Fabrióleo, a APA respondeu que a fábrica está insolvente e que vai ser lançado um procedimento para o tratamento dos efluentes atualmente ainda armazenados nos tanques.

Ana Silva (ProTejo) reforçou a necessidade de implementar uma agricultura mais sustentável, nomeadamente com soluções para diminuir os nutrientes provenientes da atividade agrícola, mencionou a necessidade de aumentar a capacidade de infiltração do solo e a criação de novas zonas húmidas. Considera fundamental haver fundos para a agricultura que permitam a implementação de boas práticas. Mencionou também a necessidade de implementar um regime de caudais ecológicos em Cedillo. No final da sessão referiu que a ocupação do solo é um fator determinante na recarga de aquíferos, propondo uma ocupação

do solo em mosaico de áreas florestais e agrícolas. A APA referiu que estão em elaboração os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP).

André Lopes (Oeste CIM) considera que há um conflito entre os usos urbano + agricultura, indispensáveis para a sobrevivência do homem, e os outros usos, referindo que deve haver uma lista de prioridades de usos, ao que a APA respondeu que esta já está definida atual legislação. André Lopes referiu também que existe a possibilidade de recarga de aquíferos através da injeção de águas provenientes de ETAR após tratamento adequado, já utilizado noutros países, o que a APA considera uma questão muito delicada dado que atualmente, com os atuais sistemas de tratamento de águas residuais não é possível garantir a remoção de todos os poluentes. André Lopes referiu ainda que existem bons exemplos da utilização da água na agricultura, e que além dos agricultores agirem do lado da eficiência do regadio é necessário selecionar as culturas mais bem adaptadas a um cenário de redução das disponibilidades. Mencionou também o potencial da aquacultura de bivalves para reduzir a eutrofização.

Inês Matos (Águas do Ribatejo) referiu que na última época de rega, as Águas do Ribatejo tiveram que deixaram de captar em algumas captações e descer as cotas dos grupos eletrobomba em outras captações, dado que os níveis freáticos desceram mais do que era habitual. A descida das cotas dos grupos eletrobomba pode colocar em causa a integridade destas infraestruturas. Atualmente captam a 150 – 200 m e se no futuro têm que captar a maior profundidade, constata-se que as captações excedem a recarga. Há necessidade de mudar comportamentos.

Francisco Serranito (EPAL) considera que não existe um conflito entre o setor urbano o agrícola, mas sim competição, e que ninguém coloca em causa a importância do setor agrícola. Referiu que, fazendo a comparação entre o setor urbano e o setor agrícola, em termos de eficiência do uso da água, o setor urbano está já a fazer um caminho no sentido de aumentar a eficiência do uso da água, não estando claro se o setor agrícola caminha no mesmo sentido. Referiu a necessidade de alavancar o setor agrícola no sentido de aumentar a eficiência do uso da água, o que passa obrigatoriamente por medir os consumos neste setor. Referiu também a existência de problemas de eutrofização das albufeiras, obrigando a níveis de tratamento mais exigentes, disponibilizando-se a colaborar com todos os intervenientes, no sentido de intervir nas causas, nomeadamente na redução do *input* de nutrientes no meio aquático.

A APA deu nota que já ocorreram situações em que houve necessidade de compatibilizar as necessidades de água para abastecimento público com as necessidades de água para a agricultura.

Ainda no que se refere à recarga de aquíferos, a APA mencionou as Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos (AEPRA) cuja ocupação se encontra regulamentada pelo Regulamento do PDM, que impõe restrições e condicionantes à sua ocupação, e as Zonas de Máxima Infiltração (ZIM), consideradas zonas protegidas no âmbito do PGRH.

Lacerda Fonseca (Diretor Regional DRAPLVT) questionou se existe a possibilidade de aumentar capacidade de armazenamento de água na região hidrográfica e qual é a projeção para o uso de ApR igualmente na região hidrográfica. Reconheceu que existem duas visões diferentes sobre a água. Comunicou aos representantes do setor agrícola que iria haver uma reunião com a APA para discutir a problemática da água. Referiu a importância de ter acesso às estratégias adotadas em Israel e na Califórnia no que refere ao uso da água.

A APA mencionou que temos que garantir o ciclo da água e ajustar os consumos às disponibilidades e implementar as medidas de adaptação às alterações climáticas. A propósito das práticas adotadas em Israel, a APA informou que 80% da água utilizada na agricultura em Israel é água reutilizada.

A APA colocou à discussão o tema do restauro fluvial.

Lígia Figueiredo (GEOTA) referiu a necessidade de colaboração entre os vários stakeholders, nomeadamente ao nível do restauro e da remoção de infraestruturas obsoletas.

A APA deu como exemplo a remoção de um açude obsoleto no rio Alviela e restauro fluvial do troço intervencionado, envolvendo as Câmaras Municipais de Santarém e Alcanena, proprietários do açude, população em geral,

A APA colocou à discussão o tema da irradicação e controlo das espécies exóticas, salientando os custos que estão associados a estas ações, que só são possíveis com o envolvimento de todos.

João Dias Coelho referiu que há um esquecimento do que é o ciclo da água e da sua importância, pelo que necessário fazer chegar essa informação aos stakeholders. Mencionou que é necessário garantir a proteção de aquíferos e promover a utilização de ApR. Referiu também a importância do uso da água na agricultura e da necessidade de aumentar a eficiência e a eficácia no uso da água neste setor. Na sua opinião há que rever os preços da água, nomeadamente para o sector agricultura.

ANEXO VI - Fichas de Contributos

ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica

Parecer do Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste sobre o Plano de Gestão da Região Hidrográfica – 3º Ciclo 2022-2027

1. Enquadramento

O presente parecer resulta das atribuições do Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (CRH-TO) que, como órgão de consulta da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tem como competência acompanhar a elaboração dos Planos de gestão de bacia hidrográfica (PGRH) e emitir um parecer prévio à sua aprovação.

Este parecer foi elaborado com base nos comentários escritos enviados por vários conselheiros que participam no CRH-TO, em nome individual ou em representação de diversas entidades, tendo ainda em conta as intervenções realizadas nas reuniões do conselho. Em anexo identificam-se os contributos recebidos diretamente pelo CRH-TO, na sua maioria também submetidos na plataforma de participação pública *participa.pt*.

O parecer procura transmitir a visão consensual ou majoritária dos membros do CRH-TO, não pretendendo reproduzir ou resumir os contributos individuais apresentados no âmbito do processo de discussão pública da versão provisória do PGRH. Também não se incluíram neste documento questões de pormenor, como pedidos de correção ou de aperfeiçoamento pontual, que com certeza merecerão a devida consideração pela APA, aquando da revisão da versão provisória dos planos.

O CRH-TO saúda a elaboração dos PGRH de 3º ciclo, um instrumento fundamental de planeamento de recursos hídricos e de desenvolvimento da economia, com garantia da proteção ambiental e promoção da qualidade de vida. O Conselho reconhece o esforço realizado pelos técnicos da APA para elaborar os 8 PGRH do continente e realça a qualidade geral das análises realizadas e dos documentos apresentados.

Caracterização e diagnóstico

2. Caracterização e diagnóstico

Estado das massas de água

O CRH-TO lamenta que na Região Hidrográfica do Tejo e Ribейras do Oeste se tenha verificado um agravamento do estado das massas de água superficiais e subterrâneas entre o 2.º ciclo (2015) e a avaliação intercalar de 2018, mais acentuado nas massas de água superficiais, e que esse agravamento se tenha acentuado nas massas de água subterrâneas entre 2018 e 2021. O estado das massas de água superficiais recuperou ligeiramente, não atingindo, no entanto, os níveis de 2015 (ver Parte 2 – Volume A, figs 4.5 e 4.9). Os objetivos ambientais definidos para o programa de medidas do 2º ciclo (ver Parte 1, pp. 44) não foram cumpridos e o estado das massas de água alcançado situa-se francamente aquém desses objetivos.

Independentemente dos efeitos da seca e de eventuais questões metodológicas que possam justificar parcialmente este diagnóstico, parece evidente que uma das principais causas desta situação é a baixa taxa de execução física do programa de medidas previsto para o 2º ciclo. Estavam previstas 234 medidas com um custo total de 228,9 M€, sendo que as medidas de âmbito regional tinham um custo de 3,9 M€ e as medidas específicas que incidem diretamente num conjunto reduzido de massas de água um custo de 224,9 M€ (ver

Parte 1, pp. 49). No final de 2019, 18% das medidas estavam executadas, 17% das medidas eram executadas em contínuo e 34% das medidas estavam em execução. Verificou-se também que 6% das medidas tinham sido adiadas e que 16% das medidas estavam por executar (ver Volume 1, pp. 54).

O PGRH identifica como principal causa desta situação o grande otimismo na programação física e financeira do programa de medidas. Uma grande percentagem das medidas não foi executada por estarem dependentes de outras medidas cuja responsabilidade é de entidades externas à APA, por dificuldades de contratação ou de financiamento por estarem dependentes da comparticipação de fundos comunitários (ver Volume 1, pp. 59).

Para além disso, sendo tão parcamente efetuados os programas de medidas, não é possível avaliar o seu efeito. Sendo a medição de resultado avaliada em função da resposta de indicadores primariamente biológicos, a adoção tardia de medidas programadas não possibilita avaliar a sua eficácia nem confirmar relações causa-efeito.

É fundamental garantir que estes equívocos não se repetem no 3º ciclo de planeamento. Para tal é necessário assegurar realismo na definição dos objetivos ambientais, disponibilidade de recursos financeiros e humanos para executar o programa de medidas proposto e, sobretudo, uma efetiva integração das políticas públicas de recursos hídricos com outras políticas sectoriais.

Escassez de água

O CRH-TO congratula-se com a relevância dada no PGRH ao problema da escassez de água na RH5A, e destaca a importância da QSIGA 14, relativa à diminuição dos caudais provenientes de Espanha, e a necessidade urgente de regularizar os caudais do rio Tejo. No rio principal, é fundamental identificar os caudais de manutenção ecológica adequados, senso DQA, e que em si deveriam estar na base de potenciais negociações com Espanha no que toca aos caudais necessários.

Impactes e pressões significativas

O PGRH identificou que o principal impacte significativo registado nas massas de água superficial com estado inferior a bom é a poluição por nutrientes (29% do total de impactes), seguindo-se as alterações de habitats devido a modificações morfológicas (23%) e a poluição orgânica (18%). Contudo, as alterações de habitats, resultantes do efeito integrado de variações hidrológicas e de modificações morfológicas, são responsáveis por 34% do total de impactes significativos detetados nesta RH (ver Parte 2 – Volume A, pp. 169). Desta análise de impactes, resulta a identificação como principais pressões significativas a poluição difusa com origem na agricultura ou em outras atividades como a pecuária, a poluição pontual com origem nas águas residuais urbanas e alteração física do canal fluvial, incluindo galeria ripícola. Nas massas de água de transição, observa-se que as principais pressões significativas correspondem à poluição pontual, à alteração física das margens e a introdução de espécies e doenças. Nas massas de água costeira a principal pressão significativa registada é a alteração física das margens, seguindo-se a poluição difusa com origem urbana (ver Parte 2 – Volume A, pp. 173).

No que diz respeito às massas de água subterrânea verifica-se que o único impacte registado nas 10 massas de água em risco de não atingir o Bom estado quantitativo são as extrações que excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis, e que nas 9 massas de água em risco de não atingir o Bom estado químico os impactes significativos observados são a poluição por nutrientes e a poluição química. (ver Parte 2 – Volume A, pp. 170). Como principais pressões significativas foram identificadas as captações de água e as pressões difusas, sobretudo do setor agropecuário (ver Parte 2 – Volume A, pp. 174).

Pese embora a melhoria do conhecimento obtida neste ciclo de planeamento sobre as pressões que afetam as massas de água, decorrente de inventários mais exaustivos, subsistem importantes lacunas de conhecimento.

A metodologia empregue para avaliação das pressões quantitativas sobre as massas de água é contestada pelo setor agrícola. Embora se reconheçam as razões para a adoção dessas metodologias, é recomendável que num futuro próximo a avaliação dos usos de água pelo setor agrícola seja articulada de modo a obter consensos.

Também a avaliação das pressões qualitativas sobre as massas de água parece ter sido baseada na utilização de valores unitários de carga *per capita* ou por unidade de atividade, não sendo claro se os resultados foram confrontados com os dados da monitorização, incluindo os obtidos pelos utilizadores pelo autocontrolo a que estão obrigados. A eventual não utilização dos dados de autocontrolo, em particular, levanta a dúvida sobre o propósito deste esforço.

Lamenta-se que não tenham sido realizados estudos de modelação, que permitam aferir com maior rigor as estimativas de cargas afluentes às massas de água e estabelecer uma relação de causalidade mais sólida e atualizada entre as pressões e o estado das massas de água. Esta preocupação é particularmente relevante nos casos da contaminação por origem difusa, além de em muitas situações a sua melhoria depender da atuação de sectores que não o de gestão do meio hídrico.

Recomenda-se igualmente realizar a avaliação quantificada da conectividade estrutural da rede hídrica para manter o padrão adequado de movimento de espécies aquáticas, que não está assegurado em muitas partes, refletindo-se na qualidade ecológica.

Em consequência das lacunas de monitorização, em parte resultante da deficiente articulação entre entidades que desenvolvem programas de monitorização e de problemas de acesso aos dados, e ainda da falta dos estudos acima referidos, mantém-se o desconhecimento ou diferenças na perceção sobre as causas do estado deficiente de algumas massas de água e sobre a eficácia das medidas aplicadas para a sua melhoria, o que condiciona a consensualização e eficácia do programa de medidas proposto. Por outras palavras, deve-se insistir na relação causal medida-resposta de indicadores, e na articulação da gestão da água com outros setores de atividade.

Monitorização

As necessidades de monitorização exigidas pelo desenvolvimento, execução e acompanhamento do PGRH recomendam uma atenção especial ao plano de monitorização, que deve assegurar a articulação e integração dos esforços de monitorização em curso na RH5, nomeadamente os realizados no âmbito do autocontrolo das utilizações de recursos hídricos ou de projetos de investigação. É urgente reforçar as ações de monitorização para que se possa progredir na avaliação dos recursos hídricos disponíveis e no esclarecimento do real estado das massas de água e das suas causas.

3. Análise económica das utilizações de água

O tema da análise económica e financeira da gestão da água está mais desenvolvido do que nos anteriores ciclos de planeamento o que é de saudar, incluindo a caracterização socioeconómica da região, a caracterização dos setores utilizadores da água na RH, uma análise da política de preços da água, a caracterização económica e financeira dos serviços de águas e um diagnóstico da situação geral e, por setor utilizador, neste domínio. Realça-se em particular a análise dos Níveis de Recuperação de Custos (NRC) dos serviços de água no ciclo urbano da água, utilizando três indicadores que fornecem informação muito útil e permitem uma melhor identificação de questões significativas e a apresentação de conclusões mais sustentadas e específicas. A legislação que se encontra em preparação pela Comissão Europeia relativa ao tratamento de águas residuais e de águas pluviais terá impactos significativos nos custos dos serviços que alterarão significativamente os

NRC caso não seja realizado o correspondente ajustamento tarifário. Essa análise não é apresentada no PGRH.

A análise económica da utilização da água carece de ser reforçada, em particular no sector agrícola, nomeadamente de modo a sustentar a definição de uma política de preços da água (incluindo a taxa de recursos hídricos) que possa ser consensualizada nos setores.

Salienta-se a medida que visa a revisão da Taxa de Recursos Hídricos de modo a permitir uma melhor internalização dos custos ambientais e de escassez, embora seja necessário prosseguir com os estudos que permitam obter uma melhor informação para o progressivo aperfeiçoamento deste instrumento do regime económico e financeiro dos recursos hídricos. O quadro de governância da TRH, nomeadamente a articulação entre a APA e a ERSAR, merece também alguma reflexão.

É ainda importante realçar a importância de se continuar o esforço de melhoria na recolha e tratamento de informação consistente e credível na área económica e financeira, de modo a ser reconhecida como tal por todos os agentes intervenientes no setor, o que é essencial para a formulação de políticas públicas neste domínio, nomeadamente, de políticas tarifárias e do aumento da eficácia da taxa de recursos hídricos.

4. Cenários prospetivos

Os cenários prospetivos considerados no volume 4 baseiam-se, sobretudo, em projeções económicas de âmbito nacional e em planos e estratégias nacionais. Embora sejam também considerados planos e projetos regionais, não é claro como foram discriminadas as tendências específicas regionais que permitem identificar as dinâmicas dos principais setores económicos da RH5 e a evolução das pressões e respetivos impactes sobre os recursos hídricos. Acresce a incerteza associada à conjuntura atual.

É de saudar a consideração de projetos em análise para aumentar a capacidade de reserva e de gestão de recursos hídricos na RH5, nomeadamente a alteração do aproveitamento de Cabril, a eventual construção do aproveitamento do Alvito, na bacia hidrográfica do rio Ocreza, e a promoção da gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas, assegurando o uso sustentável dos aquíferos, nomeadamente do sistema aquífero da bacia sedimentar do Tejo e do Sado (ver Parte 4, pp. 79).

Nesta área, é preocupação do CRH-TO uma possível desarticulação entre as ações de planeamento de recursos hídricos e outras políticas públicas de índole sectorial.

No capítulo inicial do volume dedicado aos cenários prospetivos em que são referidas várias estratégias e planos relevantes para as políticas públicas sectoriais, sugere-se a inclusão do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional.

5. Objetivos

A avaliação da eficácia do PGRH é suportada por um conjunto de indicadores de avaliação dos próprios objetivos que traduzem a resolução das Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA). Os indicadores são alocados a três grupos-chave, nomeadamente *indicadores de pressão* que caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais, *indicadores de estado* que refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo e podem ser traduzidos por indicadores de sensibilidade, de risco e de qualidade ambiental, e *indicadores de resposta* que avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou implementação de medidas em prol do ambiente. O Quadro 2.2 (ver Parte 5, pp. 13 e seguintes) apresenta, para cada área temática, as respetivas QSiGA, os objetivos estratégicos e operacionais, os indicadores de avaliação e as respetivas metas, na sua maioria para o ano de 2027. Não sendo apresentados os atuais valores de cada indicador, não é possível avaliar a razoabilidade de tais metas.

O PGRH estabelece como meta o cumprimento dos objetivos ambientais em 78% das 467 massas de água superficiais existentes na RH, até 2027 (ver Parte 5 – Quadro 3.7). Recorde-se que no 2.º ciclo de planeamento previa-se que em 2021 se alcançasse a qualidade Bom em 72% das massas de água superficiais, tendo-se de facto constatado que apenas 40% das massas de água alcançaram esse estado. Os objetivos definidos parecem portanto excessivamente ambiciosos.

É também definida a meta para 2027 de atingir o bom estado em 95% das 20 massas de água subterrâneas existentes na RH (ver Parte 5 – Quadro 3.8). No 2.º ciclo de planeamento, previa-se que 95% alcançassem o Bom estado em 2021, mas constatou-se que apenas 60% das massas de água alcançaram esse estado.

Estas estatísticas globais resultam de diferentes trajetórias de evolução individual do estado das várias massas de água, existindo massas de água cujo estado regrediu entre 2015 e 2021 e outras em que os objetivos estabelecidos para 2027 foram alcançados mais cedo. A análise das situações em que os objetivos estabelecidos não foram cumpridos revela que as causas dessa situação são a existência de novas pressões que provocaram uma deterioração do estado da massa de água, uma incorreta avaliação do estado das massas de água por métodos indiretos, que não foi confirmada por monitorização posterior, atraso ou falta de implementação das medidas propostas, ou ainda ineficácia das medidas propostas (Ver Parte 5, pp. 39 e 42). Tendo partido deste diagnóstico, o PGRH não é claro sobre que medidas foram tomadas para mitigar estes problemas no 3º ciclo de planeamento.

6. Programa de medidas

O programa de medidas prevê 200 medidas, com um custo global de 293 M€ (ver Parte 6, Quadro 3.2). Este investimento será realizado entre 2023 e 2027, com o maior peso de investimento a recair nos quatro primeiros anos, num total de 81% do investimento sendo que os dois primeiros anos (2022 e 2023) teriam a maior fatia (22% e 23%) (ver Parte 6, pp 105). O sector público nacional é responsável por 58% deste investimento, seguindo-se as fontes comunitárias, com 25%. O sector público local e o sector privado asseguram, cada um, cerca de 15%. É necessário avaliar se estas necessidades de investimento são realistas, se as referidas entidades possuem a dotação financeira para executar as medidas propostas e se a priorização das medidas é adequada face aos objetivos ambientais desejados. É ainda imprescindível determinar quais são os instrumentos ao dispor da APA para que possa promover a sua execução.

O Programa de Medidas inclui medidas importantes de que se destacam as tendentes ao aumento da eficiência do uso dos recursos hídricos, através do controlo das perdas de água no sector agrícola e urbano, da revisão dos TURH e do seu processo de outorga, da eliminação da comunicação prévia na atribuição de um TURH às captações de água subterrânea, da revisão do regime económico-financeiro e da fórmula de cálculo da TRH e, ainda, aa promoção da utilização de origens de água alternativas, como as águas residuais tratadas (reutilização da água).

É, no entanto, de lamentar que o Programa de Medidas não preveja uma análise económica das utilizações da água em Portugal, como está determinado na Diretiva-Quadro da Água e na Lei da Água. Uma análise amplamente participada das externalidades positivas e negativas das utilizações da água na região contribuiria para o reforço do controlo da procura de água e uma maior eficiência do seu uso, particularmente no contexto de crescente escassez de água e de alterações climáticas.

No Anexo 1 ao Programa de Medidas refere-se a necessidade da revisão dos TURH e de condicionar o licenciamento de captações de água, sem no entanto referir a necessidade de ser acionado o disposto no artigo 72º da Lei da Água, relativo à transmissão de títulos de utilização e regulamentação do respetivo mercado, o que para as bacias das ribeiras do Oeste parece ser a única solução neste momento disponível face à procura de água e à escassez de recursos desta região.

No que diz respeito à cooperação transfronteiriça destaca-se a medida (PTE9P06M02R_SUP_RH_3Ciclo) para incremento da articulação entre Portugal e Espanha no âmbito da CADC (ver Parte 6, pp. 61) e que visa garantir os caudais ecológicos nas massas de água partilhadas, promover a avaliação conjunta das medidas implementadas nas massas de água partilhadas e seus efeitos para atingir os objetivos ambientais, definir uma metodologia conjunta de avaliação pressão-impacte nas massas de água partilhadas, a aplicar no 4.º ciclo de planeamento, e incrementar as ações de articulação em situação de secas e inundações. Faz-se notar a dependência de bilateralidade, nestas medidas, determinante do sucesso.

O Programa de Medidas inclui várias medidas de controlo da poluição difusa, mas o diagnóstico relativo ao estado das massas de água, e às pressões que o justificam, evidencia que o número de medidas relacionado com o controlo das pressões difusas é baixo comparativamente ao problema. Entre as medidas propostas, é de destacar a implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030) para controlo da poluição difusa. Tendo em conta o histórico desta estratégia e a falta de consensualização do seu diagnóstico e do conjunto de proposta, é importante operacionalizar esta estratégia, tornando-a eficaz por forma a atingir os objetivos a que se propõe. Sugere-se também uma reflexão cuidada sobre a necessidade de incluir no programa de medidas algumas dedicadas ao controlo da contaminação proveniente do sector mineiro.

Ainda sobre as medidas de controlo da poluição é de estranhar a ausência de medidas de reforço do conhecimento sobre as causas do estado deficiente de algumas massas de água e sobre a eficácia das medidas aplicadas para a sua melhoria, nomeadamente através de ações concertadas de monitorização e de modelação matemática. Este tipo de medidas é essencial para mitigar as lacunas de conhecimento, acompanhar os programas de medidas propostos e promover a sua revisão, em futuros ciclos de planeamento. O CRH-TO saúda os poucos estudos em curso levados a cabo por algumas entidades, fazendo votos que estes exemplos se multipliquem neste ciclo de planeamento.

As medidas de combate às invasoras merecem também destaque. No entanto, o plano não distingue exóticas invasoras que afetam diretamente o uso da água e os serviços dos ecossistemas, de outras invasoras com impactos mais marginais. Os programas de medidas são parcos na consideração da causa-efeito, e assentam demasiado no controle e não na prevenção, sendo que frequentemente deveriam dirigir-se às causas para ser consequentes, por exemplo, a implementação de caudais ecológicos ou a diminuição da eutrofização.

O programa é omissivo quanto a medidas propostas para implementação da nova Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas que se encontra em revisão. Atendendo aos investimentos vultuosos e ao envolvimento que vai ser exigido a diversas entidades que hoje não estão diretamente empenhadas na implementação desta diretiva, tendo em conta que um dos eixos estratégicos desta revisão é a aplicação mais generalizada do princípio do poluidor-pagador e a integração das águas pluviais, tal vai exigir um empenhamento de outras entidades, como a ERSAR e certas indústrias, que hoje têm uma intervenção limitada na implementação dos PGRH. Na Proposta em revisão inclui-se a exigência de programas de monitorização e planos de gestão de água urbana (conjuntamente para águas residuais e pluviais), alargamento e aumento de exigências de tratamento terciário, independentemente do meio recetor, para todas as ETAR que sirvam mais de 100 000 de equivalente populacional (e.p.) e a implementação do tratamento quaternário (i.e. remoção de micropoluentes) para todas as ETAR que sirvam mais de 100 000 e.p., ou que sirvam entre 10 000 e 100 000 e.p. e que descarreguem para zonas críticas. É proposta a neutralidade carbónica do setor a nível nacional. A calendarização proposta para implementação destas exigências varia, conforme o tipo de exigência, entre os anos 2025 e 2040.

O CRH-TO chama atenção para a necessidade de encontrar mecanismos que contribuam para a consciencialização da população e dos agentes económicos sobre a necessidade de proteger os recursos hídricos e para a operacionalização da eficácia dos processos de fiscalização evitando que prescrevam ou que a punição seja revertida.

Medidas de controlo do lixo flutuante que aduz ao ambiente marítimo. Finalmente, o CRH-TO lamenta que o programa não incluía medidas que assegurem a necessária articulação dos vários setores da governação e de uso do meio hídrico, na proteção, valorização e uso sustentável dos recursos hídricos. O CRH-TO defende uma maior consensualização na caracterização e diagnóstico e uma ação concertada das políticas públicas dos vários setores. Para isso é também importante renovar os canais de comunicação e de informação que permitam aceder a dados sobre os recursos hídricos, nomeadamente o SNIRH.

A concluir, o CRH-TO reforça a necessidade de que neste ciclo de planeamento exista disponibilidade de recursos financeiros e humanos para executar o programa de medidas proposto, com, uma efetiva integração das políticas públicas de recursos hídricos com outras políticas sectoriais.

7. Conclusão

Assumindo a consideração dos comentários deste documento, que visam contribuir para o aperfeiçoamento da versão provisória do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiros do Oeste – PGRH 5A para 2022-2027, o Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste emite o seu parecer favorável aos documentos apreciados.

8. Anexo – Contributos recebidos diretamente pelo Conselho de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste

Entidade
ABLGVFX - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
APDA - Associação Portuguesa de Distribuidores de Água
APL - Administração do Porto de Lisboa
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CCDR-C - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro
CMVFX - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
TdP - Turismo de Portugal
Alexandra Brito
António Carmona Rodrigues
José Saldanha Matos
Pedro Serra
Rodrigo Proença de Oliveira
Rui Ferreira dos Santos
Teresa Ferreira